

**Comissão de Defesa do Consumidor,
Direitos Humanos e Segurança Urbana –
CEDECONDH**



Alvoni
Medina



Adeli
Sell



Biga
Pereira



Cláudio
Conceição



Fernanda
Barth



Pedro
Ruas



030ª CEDECONDH 10SET2024

Pauta: As cheias e os alagamentos na Cidade Baixa e bairros vizinhos.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): (14h07) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Boa tarde a todos. Geralmente, quando temos a pauta do vereador, a gente passa para ele assumir o trabalho. Temos aqui à minha direita, o vice-presidente Adeli Sell; à minha esquerda, o proponente da pauta de hoje, nosso decano Ver. Pedro Ruas; mais à esquerda, o nosso Ver. Cláudio Conceição; e a nossa nobre amiga Biga Pereira chegando, então temos quórum. É um prazer ter todos vocês aqui. Sejam todos bem-vindos a nossa Casa.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, vereador-presidente da CEDECONDH, amigo Alvoni Medina; meu caro Adeli Sell, vereador, lutador desta Casa; Cláudio Conceição, guerreiro também; Abigail Pereira, uma lutadora incansável. Eu quero cumprimentar a todas e todos e, se o presidente me permitir, em nome da CEDECONDH, como é normal nesse começo, eu só queria conferir quem está de cada lado, eu até recebi há pouco uma relação de pessoas

da comunidade. Estou vendo aqui a Jucemara, que está representando a Casa Diógenes de Oliveira, aliás, que está de aniversário amanhã, um ano.

Podem vir para a Mesa, por favor: o Sr. Darian da SMDDET – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo; o Sr. Alexandre, da SMAMUS – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade; Sr. Jorge, do DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana; Sr. Rafael, do Procon – Programa Estadual de Defesa do Consumidor. Agora, com relação aos moradores, o que eu tenho no início são falas de inscrições e eu queria ver se temos representantes de associações comunitárias, porque eu tenho aqui todas as demandas e tenho uma série de inscrições. Deste lado aqui será um pouco mais dinâmico, porque o pessoal pode mudar; do lado de lá é menos dinâmico, é mais estático, porque a mudança é pouco provável. Então, eu vou chamar de início o Gabriel Requena do Praia de Belas; a Roberta Pierry da Cidade Baixa, ela é vice-presidente inclusive da Associação Viva CB; e a Mauren Pacheco do coletivo Cidade Baixa de Lutas.

A minha combinação inicial, minha cara Ver.^a Biga Pereira, meu caro Ver. Adeli Sell, meu caro Ver. Alvoni Medina, é passar a palavra para três pessoas por três minutos cada uma e são as três primeiras que eu chamei aqui: o Gabriel, a Roberta e a Mauren. Depois, eu vou passar para os representantes, alternando do Executivo Municipal e, obviamente, os vereadores e vereadora – o Ver. Gimenis chega também – no momento que quiserem, têm sempre a palavra. O Ricardo está aí? O Ricardo mora duas vezes na Cidade Baixa, isso não é para qualquer um, Ver. Gimenis. O Sr. Gabriel está com a palavra.

SR. GABRIEL REQUENA NIZARALA: Eu me chamo Gabriel Requena Nizarala. Eu era morador ali do bairro Praia de Belas, eu era do térreo, então fui praticamente expulso do meu próprio apartamento, por causa dessa última enchente, que, na verdade, não foi só uma que a gente teve ali. A gente teve três enchentes, os moradores do térreo do bairro Praia de Belas, porque tem muitos apartamentos ali que ficam abaixo do nível da rua, dois, três degraus abaixo. E ali todos os apartamentos térreos ficaram com água, alagados nas

enchentes de setembro, do dia 27 de setembro, do dia 20 de novembro e de maio, que foi o mês inteiro com água ali. Então eu estou aqui para lembrar a população que o bairro Praia de Belas está pedindo socorro, porque a gente não tem uma bomba para nós. Inclusive, na época da enchente, o DMAE publicou, na rede X, um mapa com as EBAPs, e ali na nossa região, que incluía parte do bairro Praia de Belas e parte do bairro Menino Deus, era um mapa das bombas e não tinha uma bomba ali para nós. Ficou mais claro para nós o porquê entrava água ali. Então eu queria lembrar a todos que foram três enchentes e que a gente ainda não conseguiu nem começar a reforma dos nossos apartamentos, porque a gente não sabe como é que vai ser, se agora, nessa primavera, vai ter enchente ou não, até porque as enchentes ali, com três metros no Guaíba já entra água. Não são cinco metros como toda Porto Alegre, mas com três já alaga todo o bairro Praia de Belas ali e região da Churrascaria Garcias, enfim. Eu também queria dizer que onde meu pai mora também, teve um metro e oitenta centímetros de água na casa dele, destruiu várias máquinas, porque embaixo ele tinha uma fábrica. O apartamento que era da minha avó, que já é falecida e estava alugado ali no bairro Floresta, também foi alagado e destruído. Então acho que é isso, dentro dos três minutos, queria falar mais, mas infelizmente não dá.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Nós teremos outras oportunidades. Muito obrigado, Gabriel. Eu quero passar também, pela ordem prevista, para a Roberta Pierry, mas não sem antes, registrar o seguinte: a presença da Ver. Karen Santos nos dá muita honra. Vamos dar um jeito de a Karen vir para a mesa aqui. Karen, por favor, vereadora. E também da querida Rosa, a nossa amiga Rosa, que está bem na frente, com um cartaz ali, “Foi descaso, tem culpado, sim”. Está ali a Rosa, estou vendo aqui, uma querida amiga, lutadora, guerreira. Bom, então, três minutos, por favor, Roberta Pierry.

SRA. ROBERTA PIERRY: Boa tarde, o meu nome é Roberta Pierry, sou sócia da Cervejaria Sapatista e do Ninkasi Bar, localizado na João Alfredo, e agora

vice-presidente da Associação Viva CB, que a gente está constituindo após as enchentes. Ali no estabelecimento, que fica localizado na rua João Alfredo, e os fundos dá ali para a Travessa Pesqueiro, é uma rua que já alagou diversas outras vezes. A Baronesa do Gravataí alaga constantemente. Então, os fundos do meu estabelecimento, que é mais baixo, têm uma escada na metade dele para os fundos, já alagou outras vezes. É uma situação bem crítica, que a gente sabe que poderia ter sido evitada em diversos pontos da cidade, mas, agora, pensando na questão, falando em nome dos comércios da Cidade Baixa, a Cidade Baixa já vem tendo um sucateamento de anos. Então, quando falamos da Cidade Baixa, nos últimos anos, a gente só vê a própria Prefeitura, as mídias trazendo a Cidade Baixa como um lugar inseguro, um lugar onde não tem que ter vida noturna e um local realmente tão inseguro para as pessoas circularem. Então, a Cidade Baixa já sofre desse problema, o comércio da Cidade Baixa já sofre há anos. Ali, pós-pandemia, ninguém se recuperou. E esse sucateamento já vem antes disso. Então, a inundação chegou para botar uma gota d'água na gente. A gente já não aguenta. Trabalha, trabalha e a gente não vê retorno. Então, a inundação, com certeza, não tem nem como contabilizar tudo, o que aconteceu. O estabelecimento nos fundos passou de 1,60 metros, na parte da frente chegou a 60 cm, muitas perdas e muitas coisas. A gente está se unindo, enquanto a Associação Viva CB, a ideia é que a gente se una junto com os moradores também. Fico muito feliz com o convite do Coletivo de Luta da Cidade Baixa, que está composto por moradores, e acho que é isso que a gente precisa. A gente vive em um bairro misto e precisa que comércio e moradores dialoguem, junto com o apoio da Prefeitura e de todos os órgãos responsáveis, para que a gente faça a CB reviver e que a gente volte a fazer a Cidade Baixa um bairro, sim, de convivência, de cultura, espaço de lazer para todo mundo. Acho que é isso.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Roberta Pierry. Com a palavra agora a Mauren Pacheco. Pacheco.

SRA. MAUREN XIMENES PACHECO: Em primeiro lugar, queremos agradecer ao Ver. Pedro Ruas por esta oportunidade, por esta construção feita aqui para termos esse espaço de fala tão importante nesta Casa, que atendeu a nossa solicitação e construiu essa reunião com os demais vereadores e o Presidente da comissão, o Ver. Medina, nessa importante Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Segurança Urbana. Quero cumprimentar também todos os moradores e moradoras aqui dos bairros Cidade Baixa, Azenha, Menino Deus e Praia de Belas, que hoje estão aqui presentes para fazermos os nossos questionamentos e, sobretudo, ouvirmos a resposta de quem, de fato, tem que nos dar essas respostas, que é o poder público municipal. Peço licença, vou ler um documento que avaliamos desta forma no coletivo, que é para não correr o risco de nada ficar de fora. E, modéstia à parte, acho que é um documento que faz uma história, está expondo de uma maneira importante tudo o que passamos (Lê.): “Manifesto Cidade Baixa de Luta. Sabemos da crise climática que nosso Planeta atravessa. Sabemos o quanto a falta de discussão sobre este tema e a ausência dele nas prioridades das gestões públicas e das ações parlamentares tem contribuído para tragédias como a que ainda estamos passando, pois os efeitos materiais e emocionais persistem. O momento exige ações concretas que minimizem os efeitos da emergência climática potencializados pela negligência dos governos municipal e estadual. O agravamento das condições ambientais traz riscos não só para a nossa espécie, mas para todos os seres vivos do Planeta. Quando falamos de negligência dos governos municipal e estadual, não é simplesmente uma crítica, mas é feita com base em fatos, como a mutilação do Código Estadual do Meio Ambiente e do Código Florestal, promovida pelo governo Leite e pela insistência do governo Melo, em nosso município, em destruir nossos parques e arborização urbana, que auxiliam, sem dúvida nenhuma na proteção contra inundações. Essas ações nefastas são próprias de quem nega e tem como aliados os negacionistas. Quem vive em meio às desigualdades: econômica, social, de gênero, de raça e etnia, sofre diretamente as consequências dos efeitos das mudanças climáticas. O enfrentamento das causas destas mudanças, ultrapassa questões ideológicas, é uma necessidade

urgente do ponto de vista humanitário e de sobrevivência para além de disputas ideológicas. Somos nós, nossa vida, nosso planeta que está em jogo. Neste contexto, moradores, comerciantes, prestadores de serviço, frequentadores da Cidade Baixa, Centro, Praia de Belas, Azenha, Menino Deus e outros bairros, foram vítimas dos alagamentos decorrentes da cheia de maio/2024. Ocorreram perdas materiais, afetivas e de vidas. Todos nós, aqui, temos histórias pessoais e trágicas para contar. Não faltaram avisos. A maior cheia da nossa história, foi antecedida de outras, notadamente as de setembro e novembro de 2022. Os técnicos avisaram e clamaram por urgência; não foram ouvidos. Em outubro/2023, com base na cheia e inundações de setembro, engenheiros da prefeitura alertaram para a necessidade de consertos nas casas de bombas. Em documento oficial do DMAE, disseram: 'Alertamos sobre a necessidade urgente' de consertos, manutenção, adequações nas casas de bombas que protegem a zona central, a região dos bairros Menino Deus, Cidade Baixa e Praia de Belas. O governo Melo nada fez e continua querendo dizer que não é sua responsabilidade. Sabia. Aproveito para lembrar, que nossos bairros enfrentam alagamentos constantes. Basta uma chuvarada e ruas, calçadas, entradas de prédios e casas inundam. Isto é falta de manutenção adequada do sistema de drenagem. Lembro também, que além dos alagamentos, basta um vento um pouco mais intenso para faltar luz, faltar energia nas casas de bombas e isto piorou muito depois da privatização da CEEE. Exemplo disso foi janeiro, em que muitos bairros ficaram muitos dias sem luz. Voltando ao nosso sistema de proteção, faltou manutenção nas comportas. E não é possível dizer que a culpa é dos outros prefeitos. Em setembro já sabíamos que havia dificuldades para o fechamento adequado das comportas. Poderia ser diferente. Os alagamentos poderiam ser menores se as comportas do muro da Mauá e as casas de bombas estivessem funcionando, se os parafusos fossem trocados, simplesmente. A omissão da Prefeitura diante do risco de alagamentos em decorrência de enchentes é real. A ausência de manutenção básica, como troca de borrachas e parafusos das comportas, demonstram a ineficiência calamitosa do governo, que não agiu preventivamente. Durante a tragédia a comunicação com a população

foi deficientemente e também não foram adotadas medidas emergências, como o uso de bombas flutuantes para drenar as águas e de mergulhadores especializados para reparos no sistema de proteção. Portanto, frente aos acontecimentos é que nós, cidadãos e cidadãs avaliamos que: as inundações destruidoras nos nossos bairros não foram acidentes, foram falhas administrativas e de gestão. O poder público não manteve as comportas e bombas funcionando, deixando a água invadir nossos bairros. Cheias são fenômenos naturais, mas alagamentos são incompetência administrativa; o governo municipal, representado pelo prefeito Melo, não ouviu os técnicos que se manifestaram, como já falamos, e desprezou os alertas da Defesa Civil, do IPH e de outras instituições: em 25/abril a Defesa Civil estadual alertou que nos dias seguintes haveria ocorrência de temporais, com transbordamentos e alagamentos. De 27 para 28/abril a Defesa Civil municipal, alertou para chuvas fortes. Em 2/maio o Guaíba ultrapassou a cota de 3,63 m e continuava subindo. No dia 2/maio o Grupo de Pesquisa em Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos da UFRGS previu que essa a cheia de maio de 2024 chegaria até uma cota maior que a de 1941, que foi de 4,76m, e os bairros Anchieta e Humaitá seriam alagados. Em 3/maio o Guaíba ultrapassou a cota de 4,6 m, atingindo o abrigo temporário no Pepsi on Stage, Bairro Anchieta, um lugar não indicado para abrigo, como alertaram os pesquisadores da UFRGS. A evacuação urgente de alguns bairros não foi planejada. Foi improvisada com o prefeito comunicando a população, sem nenhum plano, provocando pânico e resultando em grandes perdas para residências e negócios. Catástrofes atingem muitos, mas, se não houver proteção do Estado, atinge mais os vulneráveis.

Queremos: 1. A responsabilização da gestão Melo por incapacidade administrativa e negligência perante a tragédia anunciada. 2. Medidas imediatas, concretas, referentes à execução de consertos das comportas e casas de bombas, para que as chuvas de setembro não resultem em alagamentos – e nós já estamos em setembro, quero registrar que esse documento nós escrevemos em maio. 3. Abastecimento de energia nas casas de bombas, com geradores ou outros meios, para que funcionem durante as cheias. Aqui cabe dizer que de

acordo com informações de técnicos da Prefeitura a empresa privada CEEE Equatorial cortou o fornecimento de energia das casas de bombas sem avisar previamente o DMAE, impossibilitando a execução de alguma ação que pudesse amenizar a tragédia resultante do não funcionamento destes equipamentos. 4. Queremos, um plano para emergências, com avisos de alerta, rotas de fuga, abrigos definidos e políticas de acolhimento que envolvam todas as necessidades da população e dos animais domésticos, que também sofreram muito com toda essa tragédia. 6. Agilidade na limpeza das ruas e manutenção dos bueiros e canalizações do esgotamento pluvial. 7. Reestruturação do DEP, que foi extinto na gestão Marchezan e mantido extinto por Melo. 8. Queremos justiça climática e desenvolvimento sustentável que enfrente as desigualdades e resolva questões como infraestrutura, habitação, saúde e saneamento. 9. Criação de conselhos regionais – e quanto é importante esta Casa para acolher essa proposta – ligados à Defesa Civil, com assembleias regionais para debater as questões ambientais, a gestão dos resíduos e medidas de prevenção, bem como, para tratar das ações públicas relacionadas aos alagamentos, de mitigação das mudanças climáticas e fiscalização da gestão e do emprego dos recursos municipais e enviados pelos Governos Estadual e Federal. 10. Que o cadastramento de famílias para receber auxílios em situação de calamidades, seja ágil, eficiente e transparente, que não tenha a demora, a morosidade que ocorreu durante a tragédia. 11. Que os vereadores e vereadoras atuem, cobrando e fiscalizando a prefeitura, encaminhando pedidos de providências e informações sobre as ações realizadas pela gestão municipal e por realizar. 12. Queremos a melhoria do sistema de proteção e ampliação deste com inclusão da área do Bairro Praia de Belas que não é atendido por nenhuma casa de bombas e sofre constantes alagamentos. 13. Ações já, na área da saúde, uma vez que nossos bairros e também outros, após aos alagamentos ainda têm lugares com umidade, mofos, mau cheiro e com aumento de vetores como ratos. Nossos bairros estão tomados por ratos. Assinam este Manifesto o Coletivo de Moradores e Moradoras da Cidade Baixa de Lutas, maio 2024. Entregue nesta Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Segurança Urbana em

10/09/2024". Obrigada.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Mauren Pacheco. Eu recebo o documento em nome da comissão, obviamente não ia cortar a leitura, mas foi além do tempo previsto. Agradeço muito a Dra. Jucemara Beltrame, que é advogada, representa aqui o Coletivo Histórico e Cultural da Diógenes Oliveira – grande coletivo. Eu vou passar a palavra aos representantes do Município, e a qualquer momento, obviamente, os vereadores vão interferir, se quiserem, e vou dizer o seguinte: nós temos o horário regimental aqui e o da televisão, nós estamos ao vivo pela TVCâmara. Então, quero dizer que vou abrir dez inscrições de dois minutos na plateia, na verdade são nove, pois já tem um inscrito, o Vicente Rauber, que é o primeiro. Vou pedir uma ajuda para as inscrições na plateia, quando chegar na décima ele para.

O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, por favor. O nome completo primeiro, também vou fazer os três minutos.

SR. DARIAN WAIHRICH PRATES: Boa tarde. Sou da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. A nossa Secretaria lida com o desenvolvimento econômico e o turismo, não estamos diretamente ligados...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Por favor, eu vou garantir o tempo. Primeiro, pedir ao senhor que fale um pouquinho mais perto do microfone e, segundo, pedir mais silêncio da plateia.

SR. DARIAN WAIHRICH PRATES: Bom, repetindo, sou da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, como eu estava dizendo, nós não lidamos diretamente com essas questões da enchente que ocorreram, uma catástrofe nunca antes vista. Foram chuvas que atingiram o Estado inteiro, não somente Porto Alegre. Nós lidamos com o desenvolvimento econômico e com o turismo da cidade apoiando os empreendedores para que trabalhem, consigam abrir os seus negócios, mas em relação à catástrofe, à enchente que atingiu o

Estado todo e Porto Alegre, pelo que eu vi foram tomadas decisões ágeis, no que poderia ser feito para tentar salvar o maior número de vidas possível. Na verdade, eu coloco a secretaria à disposição dos senhores para o que a gente possa fazer para ajudar a recuperar o comércio, os empreendedores. E, se alguém trabalha também na área do turismo, a secretaria está à disposição para o que possamos ajudar a desenvolver ainda mais a cidade.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu lhe agradeço muito e faço uma pergunta que não estava prevista aqui, mas houve vários questionamentos. Essas pessoas podem acessá-lo hoje diretamente, algumas que têm interesse na questão exatamente do comércio? É possível?

SR. DARIAN WAIHRICH PRATES: Sim, possível.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Importante, pessoal, registrar isso porque já que nós temos a pessoa aqui, né.

SR. DARIAN WAIHRICH PRATES: Nós temos as salas...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Não vamos perder a oportunidade. Vamos acertando as coisas aqui.

SR. DARIAN WAIHRICH PRATES: Isso. Nós temos a sala do empreendedor, que auxilia e recebe pessoalmente também quem precisar de algum auxílio.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, passo adiante, por favor, por três minutos. Vou chamar de senhor, mas é um jovem, mas eu vou chamar de senhor por causa da formalidade aqui, mas o senhor, por favor, se apresente primeiro.

SR. ALEXANDRE DAL PIZZOL ADOLPHO: Sou arquiteto da SMAMUS - Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. Respondendo a algum dos questionamentos que competem mais à parte da secretaria e também ao Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática, que a gente também está envolvido nesse trabalho, sobre o plano da defesa civil que foi citado. Eu tenho para informar que a gente já formalizou uma contratação, que já teve ordem de início, em conjunto com a Defesa Civil do Município, que é um plano de adaptação e contingência a desastres climáticos para a Defesa Civil do Município. Esse plano então, ele prevê rotas de fuga, locais seguros, treinamentos dos servidores da Defesa Civil para trabalhar em situações de emergência e, além do mais, situações e planos que devem ser previstos para gente ter locais seguros, rotas bem definidas e treinamentos com a comunidade. Então essa é uma contratação que já teve ordem de início, o prazo para ele ficar pronto, se não me falha a memória, é de até oito meses. A empresa que está fazendo esse estudo é o ICLEI, que é um instituto não governamental, que já tem bastante experiência com esse tipo de documento e plano. E também, em conjunto com a Defesa Civil, o que se está trabalhando no escritório de adaptação, já tivemos algumas matérias disponíveis, que é o sistema de monitoramento para a Defesa Civil operar e os outros órgãos do Município e do Estado terem acesso. Inicialmente, nesse projeto-piloto, são dez totens que vão ser instalados em áreas específicas do município de Porto Alegre que foram inicialmente mapeadas pelo Serviço Geológico do Brasil, como zonas de risco e alto risco. Então esses equipamentos, eles vão ter a capacidade de alertar a população, um canal direto da Defesa Civil a alertar a população. Eles vão ter sensores ópticos para medir o nível dos arroios para a gente também ter uma noção mais específica, não ficar dependente só de uma unidade de medida que seria a régua do cais.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Alexandre, me permite, algum desses totens... Tem Cidade Baixa, tem Menino Deus, tem Praia de Belas?

SR. ALEXANDRE DAL PIZZOL ADOLPHO: Inicialmente, os dez que foram colocados, se eu não me engano, o mais próximo que ficou nessa região, porque foi dado... A instalação principal agora foi para as áreas de deslizamento e mais para a Zona Norte, Ilha dos Marinheiros. Mas o local mais próximo, se eu não me engano, é na Av. Guaíba, que não fica nas proximidades, mas a gente vai ter outras réguas também nesses locais para ter essa comparação de nível, mas a ideia é que esse programa seja um programa de governo, que seja expandido. A Defesa Civil tem 26 núcleos na cidade, foram selecionados 10 pelo nível de gravidade. Outras medidas estão sendo tomadas também dentro do escritório para a gente adaptar a cidade e as construções que eventualmente vão ser refeitas agora... (Ininteligível.) ...poder público a gente ter algum nível de resiliência, ou seja, os locais que foram atingidos, os planos não preveem que a gente construa mais do mesmo e, sim, que a gente adapte essa construção para que numa eventualidade de acontecer algum tipo de tragédia, a edificação esteja mais preparada e menos bens materiais ou recursos urbanísticos sejam afetados. Depois, acho que o colega do DMAE também vai poder falar melhor sobre o sistema de proteção contra cheias, mas também já está encaminhado um estudo para ampliação, diagnóstico e avaliação do sistema que existe hoje. E aí aquilo que foi falado também das áreas, hoje, que a gente tem desprotegidas, que vão mais ou menos até ali área do BarraShoppingSul. Esse estudo que vai ser feito pela Rhama Analysis, do professor Tucci, que já trabalhou no IPH também, ele vai contemplar então essas demais áreas com um estudo para o Município, porque são questões muito drásticas, que a gente tem que ter uma conversa com a comunidade, porque envolve a lei da parte de proteção do sistema estrutural em si e a questão urbanística. Nós não podemos simplesmente definir que a gente vai fazer um muro ou que a gente vai fazer um dique para essas áreas desprotegidas hoje, porque envolve uma questão de ocupação e uso do solo. Então isso tudo está sendo desenvolvido, esse estudo, e nós vamos ter reuniões e, enfim, essa concepção de estudo para essa área desprotegida. Acho que o que eu posso falar das SMAMUS é basicamente isso.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado. Por favor, se apresente, nós temos a necessidade da ata.

SR. JORGE LUÍS RODRIGUES DE OLIVEIRA: Boa tarde a todos, tenho 44 anos como funcionário do DMLU, na parte operacional. Nós tivemos esse evento que, para nós, a gente já tinha passado por um parecido, que seria um temporal em 2016, que eu também trabalhei na linha de frente e, nesse, a gente tinha uma previsão de limpar todos os bairros em 90 dias. Eu fui um dos que apontaram que nós levaríamos 90 dias para limpar tudo e a gente conseguiu fazer em menos tempo: 48 dias... (Ininteligível.) ...gerencio, sou chefe de seção da zona central, bairros Menino Deus, Cidade Baixa, Centro Histórico, a gente conseguiu fazer...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Gerencia justamente essa área aqui.

SR. JORGE LUIZ OLIVEIRA: Acho que por isso eu fui escolhido para vir.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Provavelmente, sim foi esse o critério.

SR. JORGE LUÍS RODRIGUES DE OLIVEIRA: A gente levou 26 dias nessa região para colocar em ordem, a gente trabalhou com 531 equipamentos, alguns, depois que a gente terminou essa parte, que a gente foi auxiliar também no Sarandi, mandamos os equipamentos, equipamentos que estavam comigo, a gente auxiliou também o Sarandi. Nós tivemos alguns equipamentos que abandonaram durante esse tempo, por questões de trabalhar em outra cidade, porque pagavam mais. Então nós também passamos por essa dificuldade. Hoje ainda temos alguns equipamentos. Nós também antecipamos a capina e a varrição nessas áreas, passamos a fazer mensalmente para que pudesse ajudar a tirar o lodo com a capina, porque tem um trator para a capinadeira e também tira o barro. Aí agora parece que ainda há alguns equipamentos. Não sei lhe precisar, mas parece que há ainda caminhões-pipa lavando aonde a capina

passa; no dia seguinte, entra lá para lavar. Nós temos ainda algumas *Bobcats*, que foram contratadas, e a gente está fazendo a varrição do bairro com esses equipamentos também para tirar um pouco da poeira que fica, do barro. E a gente também trabalhou com alguns coletadores compactadores nesse período para poder atender nosso bairro, Cidade Baixa, que a quantidade foi grande também, Menino Deus, a gente trabalhou dia e noite. Eu era um que chegava às 17h30min e ia embora a 1h da manhã, na linha de frente para que a gente conseguisse terminar todo esse trabalho. Acho que era isso que eu tinha para colocar. Obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado. Por favor, é conhecido nosso da Casa, do Procon, muito conhecido, mas é a necessidade formal, regimental de apresentação para a ata.

SR. RAFAEL SCHWELM GONÇALVES: Perfeito, obrigado, Ver. Pedro Ruas. Sou Rafael, diretor do Procon. Obrigado, Ver. Pedro Ruas. Boa tarde, Ver.^a Biga Pereira, Ver.^a Karen Santos, Ver. Adeli Sell, entidades aqui presentes, público aqui presente, colegas da Prefeitura. Com relação ao Procon, a gente não tinha um protocolo pré-determinado para agir em situações como essa que foi, na verdade, uma grande catástrofe estadual, que colocou o Brasil na rota dos grandes desastres. Então, diferente da pandemia, que foi uma situação semelhante, mas não tão grave, porque na pandemia as pessoas ficaram em casa e os comerciantes não tiveram o prejuízo dos seus estabelecimentos, já nessa situação, a chuva em volume muito grande em tão curto período de tempo provocou alagamentos, inclusive a própria sede do Procon, ali na Avenida 7 de Setembro, ficou alagada. Num primeiro momento, os outros Procon do Estado entravam em contato com a gente para saber uma linha de atuação, porque na verdade era algo totalmente novo. A gente ficou sem acesso inclusive ao material de expediente, aos termos, aos autos que ficaram presos ali no prédio da Procuradoria, onde estávamos provisoriamente. Então, a gente acabou, num primeiro momento, agindo na questão de fiscalizar os preços abusivos praticados

nos postos de combustíveis e demais produtos com relação aos quais poderiam querer fazer algum tipo de abuso, em função da escassez. Num segundo momento, ficamos também fazendo um controle da CEEE com relação à volta da energia elétrica e do DMAE também. Eu acho que aqui, para esse assunto de hoje, Presidente, acho que a parte que é mais importante é o pós-calamidade, quando o Procon fez uma parceria muito boa com a CEEE, com o DMAE e com algumas empresas de telefonia...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Desculpa, Rafael, mas eu vou corrigir, é a Equatorial. Para o pessoal não confundir.

SR. RAFAEL SCHWELM GONÇALVES: Perfeito, a CEEE Equatorial. Obrigado. Fizemos uma parceria e começamos aí, hoje inclusive o Procon está junto com a CEEE, com o DMAE e com a empresa Claro, as outras de telefonia não quiseram, mas a empresa Claro foi nossa parceira, estamos lá na AMVEP, no bairro Sarandi, prestando atendimento. Então, ali a pessoa pode resolver todas as demandas junto ao Procon, acompanhada pelo Procon, de água e energia e até mesmo cadastro da FASC, que fica ao lado ali, então a pessoa se cadastra, atualiza o cadastro na FASC e pode inclusive resolver tarifa social de água e luz, ali numa central de serviços lá AMVEP. Hoje o Procon está fazendo esse atendimento lá, e procuramos, ali dentro da sede, desde que abrimos novamente a nossa sede ali na Av. 7 de Setembro, a gente tem diariamente um representante do DMAE, um da CEEE e um da telefonia também para fazer uma força-tarefa nesses casos do pós-enchente. A gente atende empresários também que foram prejudicados com a questão da energia elétrica, além, é óbvio, dos consumidores também que passaram por problemas de instalações de internet, cobranças e tudo mais. Para ser bem sucinto aqui e encerrar a participação, da parte do Procon, durante esse período aí, nós fizemos e seguimos um protocolo de contenção durante a calamidade e agora estamos tentando fazer toda essa reparação dos danos ao consumidor no pós-enchente. Muito obrigado, Presidente.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Rafael. Bem. Agora é DMAE. Então eu vou tomar uma providência, que é necessária. Há vários questionamentos ao nosso representante, a quem eu agradeço a presença, o representante do DMAE, o Nando. Eu vou tomar a liberdade de deixar, vereadoras e vereadores, público que nos dá honra, em vez de três minutos, serão cinco minutos para o DMAE, porque há muitos questionamentos sobre o pós e também sobre o futuro do pós. Ou seja, o que é que nos dá algum grau de segurança para todas essas regiões? Para Cidade Baixa, para Menino Deus, para Praia de Belas, para Azenha? Qual bomba? Em que estado está? E ali, nas cuias, como ficou? São muitos questionamentos em relação ao DMAE. Então, tomo a liberdade de deixar cinco minutos. Marco está com a palavra.

SR. MARCO GIL FACCIN: *Ok.* Boa tarde, vereadores. Meu nome é Marco Faccin, eu sou engenheiro civil. Amanhã, dia 11, completo 29 anos de servidor público no DMAE. Toda a minha atuação sempre foi no DMAE e desde fevereiro do ano passado eu tenho respondido pela Diretoria de Desenvolvimento do departamento, que são as áreas de planejamento, projetos obras e gestão ambiental. Acho que os cinco minutos também serão pouco, mas eu vou tentar fazer, nesta primeira fala, uma fala mais ampla e depois, talvez, entrar em pontos mais específicos. O sistema de proteção contra as cheias, que é da região metropolitana, o projeto é de 1967, foi implantado entre o final dos anos 60, início dos anos 70, pelo DNOS, que era um órgão do governo federal; implantou em Porto Alegre, Canoas e São Leopoldo. Conceitualmente ele é formado por um sistema de diques para proteção, para impedir a água de fora – no caso de Porto Alegre, do rio Gravataí, do Jacuí e Guaíba – entrar para dentro da cidade, através do sistema de diques, que na verdade começa lá na Freeway, Av. Castelo Branco, Muro da Mauá, Av. Edvaldo, até passar ali o arroio Cavalhada. Então essa é a área que tem o sistema de dique. O sistema de dique tem algumas comportas, portões viários, que têm que ser fechados para proteger. As casas de bombas têm por finalidade tirar água de chuva de dentro da cidade. Porque

no momento em que tu fecha o sistema, tu tens que, de alguma forma, tirar a água de chuva. Então a finalidade das casas de bombas é tirar a água das partes mais baixas, abaixo de uma cota 9, para fora do sistema de proteção. E nas áreas mais altas, acima da cota 9, a água sai por condutos forçados ou pelos arroios. O sistema, na verdade, apesar de implantado há mais de 50 anos, nunca tinha sido testado a um limite como esse que foi testado agora. Na verdade, esse evento foi muito acima de qualquer marco histórico, mesmo acima do marco lá de 1941. Então foi um evento bastante extremo, e o sistema demonstrou algumas fragilidades, até então desconhecidas. Tivemos questões, por exemplo, de retorno por dentro de algumas casas de bombas, e aí até a moradora comentou: “Ah, eu sabia, tinha um relatório desde 2023...” Até existia um processo desde 2019, mas nunca tinha passado pelo DMAE. Em 23, quando ocorreu isso, inclusive eu fui quem foi atrás do processo, eu fui alertado por um colega, e a gente foi atrás do processo, encaminhamos para as áreas e a gente estava analisando qual seria a forma, não era uma solução simples, então a gente estava analisando a questão de como vedar. E não é vedar uma tampa na Casa de Bombas nº 17 e nº 18; na verdade ela tem uma deficiência conceitual, ela não tem... Todas as casas de bombas têm que ter uma chaminé que faz a descarga, que tem que ser na altura do sistema de proteção. Por exemplo, se a gente passar ali na Rótula das Cuias, passando pela Av. Edvaldo, tu vais ver que tem uns poços na casa de bombas, que são no mesmo nível da Av. Edvaldo. Por quê? Porque esse poço tem que ser na altura do dique. E ali nas Casas de Bombas nº 17 e nº 18, que são as duas casas de bombas do Centro, é na altura do piso. Então foi uma falha conceitual, que foi apontada pela nossa área operacional, no ano passado, e a gente estava tentando achar uma solução, e não deu tempo. Infelizmente, nos nossos tempos para fazer estudos, projetos, não houve tempo hábil de desenvolver essa solução. Inclusive a gente está trabalhando agora nisso, a gente está trabalhando lá no local com essa solução. Nós tivemos a questão, por exemplo, de condutos forçados que não resistiram, as tampas não resistiram a essa pressão, acabaram se rompendo, a água entrou para dentro da cidade por condutos forçados. Nós tivemos alguma, pouca,

entrada pelos portões do Cais Mauá; uma entrada dentro de um nível aceitável de vedação, e eles tinham a borracha, eles tinham parafuso. Na verdade, se fala: “Ah não tinha borracha, não tinha o parafuso...” Está lá a borracha, está lá o parafuso. Mas a grande entrada de água por portão não foi pelo Muro da Mauá, foi pelo Portão nº 14. O Portão nº 14 fica ali junto da ponte móvel. E a água, na verdade, rompeu... Ali são duas folhas, são dois portões, e se a gente olhar, por exemplo, os portões que são do Muro da Mauá, são comportas, são estruturas bem mais robustas. E os portões que são ao longo da Av. Castelo Branco parecem portões de garagem – comparando estruturalmente os portões. Então, o Portão nº 14 não tinha capacidade estrutural para resistir à pressão à qual ele foi submetido. No Portão nº 14 são duas folhas, cada uma com 10 metros por quase 4 metros de altura, uma delas fechada desde 1986, porque é um acesso para o Trensurb; e a outra, sim, fechada, que era o que fazia o trânsito viário. O primeiro portão que rompeu foi o do lado do Trensurb. E depois, nesse ali, forma na verdade um vórtice, porque onde junta o Jacuí com o Gravataí – isso a gente verifica olhando imagens do dia 7. A gente tem uma imagem de satélite do dia 7 que é bem representativa do impacto naquela região. Então, os dois portões tombaram por esse processo. E ali, com esses dois portões abertos, mais ou menos pela altura, a gente calcula que entravam quase 200 mil litros por segundo naquele local. Se a gente pensar nas casas de bombas do DMAE, que, como eu falei, têm a finalidade de tirar água da chuva, o total de invasão das casas de bombas do DMAE é cerca de 170 metros cúbicos por segundo; então, ali entrou mais do que toda a capacidade. Se todas as casas de bombas estivessem unicamente para retirar a água que entrou daquele ponto, elas não seriam suficientes. Portanto, aquilo ali foi o grande ponto de entrada e não é uma questão de falta de manutenção. Da mesma forma, no portão, a borracha de vedação foi mal concebida, estruturalmente, ele não foi feito para resistir a essa condição. O que a gente está fazendo agora? Nós contratamos uma empresa que está fazendo um projeto de um novo portão para o portão 12, que é o que faz o fechamento viário. Em alguns portões do cais, a gente vai melhorar a vedação; estruturalmente, eles são adequados, mas a gente está fazendo um

projeto para melhorar a vedação. Alguns portões vão ser fechados em definitivo; ao longo da Av. Castelo Branco, nós temos vários portões que eram acesso para o cais, acesso para a indústria, a Brahma tem um portão que não tem mais sentido em existir. Então, a gente vai fazer o fechamento em concreto, em definitivo.

A gente também tem uma questão que comentaram sobre do bairro Praia de Belas, que já alagava. O bairro Praia de Belas realmente tem uma parte, perto da Churrascaria Garcias... A Av. Praia de Belas e a Av. Borges de Medeiros têm ligações diretas com o arroio Dilúvio. A pista da Av. Ipiranga, do início do Guaíba até próximo da Rua Silva Só, é dique também. Então, a Av. Ipiranga faz a funcionalidade de dique, e, por isso, tem que ter casas de bombas para proteger, da mesma forma como eu falei que tem que ter casas de bombas para retirar a água da chuva. Nessas duas ligações diretas com o arroio Dilúvio, a água entrou, e o mesmo ocorreu do outro lado, na Av. Érico Veríssimo e em uma outra rua perto do posto de gasolina, onde tivemos a entrada do arroio Dilúvio para dentro das áreas protegidas. Naquele momento, a gente inclusive já estava trabalhando com a nossa área operacional, fazendo uma interligação para levar para a casa de bombas 16...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Desculpa, mas continua sem casa de bombas ali, não é?

SR. MARCO GIL FACCIN: Isso, continua, porque teria que ser ligada, conduzida para uma casa de bombas, que seria a casa de bombas 16, da Rótula das Cuias, ou a casa de bombas 15, que fica ao lado do Centro Municipal de Cultura. Então, a nossa área operacional estava trabalhando e fazendo uma pequena extensão ali, mas isso não seria suficiente, porque a gente continuaria com a interligação do arroio Dilúvio. Agora, a gente está fazendo um outro projeto de coletor para levar essa drenagem para as casas de bombas, uma parte para a CB 15 e outra parte para a CB 16.

No Plano Diretor de Drenagem Urbana, feito, acho, em 2012, a bacia do Dilúvio apontava que faltava um coletor geral. Faltaram várias coisas; na implantação do sistema de proteção, tem muitas coisas que não foram implantadas, por exemplo, deveria haver um coletor geral para proteger essa área. Inclusive, a casa de bombas 16, da Rótula das Cuias, pelo projeto, era junto à Av. Ipiranga. Da mesma forma, a casa de bombas 13, que é dentro do Parque Marinha, era junto à Av. Ipiranga. Então, durante a implantação, a gente não sabe exatamente o porquê, mas foram fazendo algumas mudanças do que era o projeto original, algumas coisas ficaram incompletas, como alguns condutos forçados que não foram implantados.

Também tivemos outro ponto que a água entrou que foi pela lateral da Usina do Gasômetro. Na lateral da Usina do Gasômetro, a pista da Av. Edvaldo Pereira Paiva é o dique; o muro chega de um lado da Usina do Gasômetro, e o prédio da Usina comporia o fechamento. Porém, a lateral, onde a gente acessa para pegar o barco de turismo, está um metro e meio mais baixo do que a altura do dique. Então, a água entrou por ali. A água entrou por dentro da Usina do Gasômetro, que tem duas portas viradas para o lado do Cais Embarcadero. Então, a água entrou, passou por dentro da Usina do Gasômetro e saiu na porta do outro lado. A água entrou por dentro das nossas casas de bombas de água; o DMAE tem a captação de água bruta, ali na Voluntários da Pátria, São João e Moinhos de Vento. A casa de bombas do Moinhos de Vento é dos anos 1960, ela tem um poço no nível do terreno e a água transbordou por ali. A casa de bombas da São João, que é dos anos 1990, é elevada, está numa cota acima de seis, ela protegeu; mas a da Moinhos de Vento falhou. No Menino Deus, nós temos a captação que fica dentro do Parque Marinha, que também tem um poço no nível do terreno e transbordou por ali. Então, a gente mapeou quase 30 pontos em que a água entrou na cidade e descobrimos, por exemplo, que na Mauá a gente tem redes de drenagem passando por baixo do muro, ligando diretamente ao Guaíba. Acho que muita gente deve ter visto um vídeo da água correndo junto ao muro, uma quantidade de água esguichando, dando a impressão de que o muro havia cedido. Não, não é o muro que cedeu, tem um

tubo que não deveria estar ali. Então, a gente está mapeando todas essas fragilidades, a gente fez algumas contratações, a gente contratou uma empresa que está fazendo um estudo com relação às casas de bombas, de como melhorar operacionalmente as casas de bombas, como elevar painéis, como garantir um melhor funcionamento em um futuro evento extremo. A gente está trabalhando para não deixar a água entrar na cidade, mas, se entrar, a gente tem que ter as casas de bombas mais robustas...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Engenheiro, por conta do horário, a casa de bombas 15 e a casa de bombas 16, o que está sendo feito e qual é o prazo?

SR. MARCO GIL FACCIN: Isso, vamos lá. Na verdade, hoje, a nossa capacidade instalada nas casas de bombas, novamente, está próxima de 90% da capacidade instalada. Essa é uma média histórica; o DMAE faz a manutenção das casas de bombas. O DMAE, na verdade, recebeu a drenagem, manutenção e operação em 2019, e a parte de planejamento, projeto e obra em 2022. Então, para nós, é uma novidade também, é uma coisa recente que foi incorporada, mas o DMAE vinha dando manutenção e, após esse evento, o DMAE conseguiu recuperar a funcionalidade das casas de bombas praticamente ao mesmo nível que estava antes do evento. Então, cerca de 90% da capacidade das bombas, mas essas casas de bombas, muitas delas, têm deficiência de vazão. Na verdade, elas já estavam abaixo da vazão necessária para drenagem. Por exemplo, as casas de bombas de 1 a 5, que são as que ficam ao longo da Av. Castelo Branco, todas têm deficiência. O DMAE contratou, estava fazendo o projeto de ampliação das casas de bombas. As casas de bombas 12, 13, 14, 15 e 16 tinham anteprojetos antes da transferência da drenagem para o DMAE, mas tinha sido selecionada no PAC Prevenção a ampliação dessas casas de bombas na época de transição, quando já não era mais o DEP, já era a Smim, na gestão do Marchezan. Esses recursos acabaram sendo perdidos, eram recursos para ampliar a capacidade das casas de bombas.

Então, a gente inscreveu novamente e foi selecionado agora no PAC para fazer essas ampliações. A gente foi selecionado no PAC Financiamento e no PAC AGU para a ampliação das casas de bombas, aquelas que eu falei que a gente estava fazendo projeto lá do Humaitá, ao longo da Av. Castelo Branco. Nós tivemos duas casas de bombas selecionadas para recurso...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): A 13, a 15 e a 16?

SR. MARCO GIL FACCIN: As casas de bombas 12, 13, 14, 15 e 16 estão no PAC Financiamento, foram anunciadas agora nessa última seleção. Elas estiveram no PAC num momento pretérito, anterior ao DMAE assumir, então, não tem como falar de que forma se perdeu esse recurso, mas a gente está agora, novamente selecionado para trabalhar para não perder esse recurso.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Esse recurso foi perdido na gestão Marchezan, que foi uma irresponsabilidade. Nós sabemos.

SR. MARCO GIL FACCIN: Exato. Então, agora, nós nos inscrevemos novamente. Na verdade, nós tínhamos inscrito isso em novembro do ano passado, a gente já estava buscando esses recursos independentemente desse evento, porque havia deficiência na ampliação da vazão. Não é falta de manutenção; novamente, o DMAE atuou muito em manutenção nesses equipamentos. Não é na minha diretoria, é na diretoria de tratamento, na diretoria operacional, não é a minha área, mas o DMAE tem um bom registro de todas as manutenções.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu agradeço muito sua boa vontade, mas eu tenho que interromper por questão de horário.

SR. MARCO GIL FACCIN: Tranquilo. A Ver.^a Karen me conhece de outras reuniões, sabe que eu me empolgo, vou falando, falando.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): O senhor foi muito preciso nos esclarecimentos, me parece. Eu tenho dez inscrições, eu tenho que fazer em dois minutos, pessoal, por favor, porque eu tenho problema regimental aqui da comissão e do funcionamento da televisão. Estamos ao vivo pela TVCâmara. Então, o primeiro inscrito é o Sr. Vicente Rauber, que, aliás, é bem conhecido de todos.

SR. VICENTE JOSÉ RAUBER: Boa tarde, Ver. Pedro Ruas, Ver. Everton Gimenis, Ver.^a Biga Pereira, Ver. Adeli Sell e Ver.^a Karen Santos, boa tarde, caros representantes comunitários, caros servidores do Município e do Procon. Quero dizer o seguinte, Ruas, felizmente, em Porto Alegre, temos um sistema de proteção robusto, atual, sim. Ele foi feito para um tempo de recorrência bem maior do que 100 anos, é atual, e ele protege até o nível de seis metros; essa é a cota dele. Nós não atingimos esse nível. Por outro lado, nós também temos um sistema de drenagem que ainda não está totalmente completo. Esse sistema de drenagem, em que os 20 arroios são fundamentais, assim como o arroio Dilúvio, que atinge essas regiões dos bairros Menino Deus, Cidade Baixa e todo o entorno, trabalham integradamente. A operação deles tem que ser bem feita e um grande detalhe: a manutenção, que exige muito esforço, também precisa ser permanente. Eles são sistemas, e num sistema basta que você tenha apenas um elemento não funcionando, basta uma comporta deixar a água penetrar, que a água entra e se espalha, pela lei da gravidade, por toda a cidade. É assim, é a lei da gravidade. Então, no caso que nós temos aqui, desta região que é objeto desta audiência – Cidade Baixa, Menino Deus e entorno –, por um lado, falhou o sistema de proteção, porque desde 2020 ele não tem manutenção. As comportas têm que ser revisadas anualmente, no mínimo, verificar as borrachas, parafusos ferrugem; fazer a pressão nela para ver se está íntegra ainda – eu vou usar essa palavra, íntegra, porque ela foi usada pelos holandeses. Na gente eles não acreditam, então, vou usar a palavra dos holandeses. O sistema tem que estar íntegro, aí ele opera. E para estar íntegro, ele tem que ser mantido e

operado adequadamente. O que aconteceu nesta região aqui? Aqui tem, se eu não me engano, as casas de bombas 17 e 18. Porque, é assim, as casas de bombas... Até a cota 3 metros, Ver. Ruas, quando o rio sobe, você tem que fechar a comporta da casa de bombas; acima disso, você tem que fechar também as comportas externas. Essas compostas na cota 3 metros estão de acordo com a altura dos motores, então, é uma grande bobagem esse negócio de dizer que tem que levantar os motores. Não, eles estão na cota certa. O que precisa fazer nas casas de bombas? Tem que recuperar aquele plano que os engenheiros do DEP fizeram em 2014, o qual foi parar na mesa da presidente Dilma, que despachou favoravelmente R\$ 124 milhões para isso e para as obras do arroio Moinhos. Esse plano também foi aprovado pelos dois presidentes seguintes, Temer e Bolsonaro, e teve um limite em 2019 para a apresentação dos projetos executivos. Ocorre que o DEP foi extinto em 2017, então, não tinha projeto executivo. Mas, depois disso, também poderia ter sido executado esse plano, porque o DMAE acumulou R\$ 430 milhões em bancos nesse período. Por que não se fez esse plano? O que tem que fazer agora? A água entrou pelas casas de bombas 17 e 18, entrou ao lado da Usina do Gasômetro, porque o barranco no lado sul da Usina do Gasômetro, quando se fez a urbanização, se fez ele muito baixo. O sistema de drenagem tem que limpar arroios, recuperar arroios, recuperar as canalizações e fazer imediatamente tudo isso que não foi feito. Além disso, fazer aquilo que o órgão que existiu para isso devia ter feito, mas foi extinto em 2017 – criado em 1973. O grande avanço será recuar mais de 50 anos e recriar o DEP imediatamente, até porque, não cabe ele estar no DMAE, porque o DMAE existe em função da nossa tarifa e não pode ser diferente. Qualquer coisa que você coloca lá fica sem orçamento. É o que acontece hoje com as atividades de drenagem e proteção contra inundações. Obrigado. (Palmas.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Vicente Rauber. O Paulo Roberto está com a palavra.

SR. PAULO ROBERTO STEKEL: Boa tarde, eu gostaria de agradecer os vereadores, em especial o Pedro Ruas, que está presidindo esta sessão; Ver.^a Karen, Ver. Adeli, Ver.^a Biga, Ver. Gimenis. Quero colocar aqui meu testemunho em relação àquilo que foi vivido na Cidade Baixa. O desespero em que as pessoas entraram naquela saída, e naquela maneira atabalhoada com a qual o nosso prefeito foi às rádios e à televisão dizer que as pessoas tinham que sair correndo de lá. Quando eu saí de dentro de casa, e desci do meu prédio na Rua Sarmiento Leite, não tinha mais nada. As pessoas estavam com cachorro, pinto, periquito, papagaio, tudo lá embaixo para sair correndo. Mas sair correndo para onde? Eu acho que a dificuldade que nós temos que colocar aqui é a seguinte: para mim, não teve outro nome, foi dificuldade de gestão. Primeiro, da manutenção da coisa pública, porque não é possível que se tenha bomba, se tenha isso, se tenha aquilo, se tenha aquilo outro, e hoje a gente não consiga fazer. Para mim, isso é o que está colocado. Ao que me parece, ouvindo aqui o DMAE, nós vamos repetir isso, porque temos projetos bilionários, mas quem é que ouviu a população em relação a esses projetos bilionários? Acho que a gente tem que ter um pouco mais de... Ver como é que se trabalha essa questão. Quero aproveitar que o Procon está aqui para dizer o seguinte: a CEEE Equatorial não é diferente. Eu recebi minha conta de luz, nunca gastei 150 quilowatt-hora por mês, e eles estão me cobrando, naqueles três meses, 150. Será que, além de fazerem tudo o que fizeram, ainda vão querer tirar o dinheiro das pessoas? Era isso, obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): O Luiz Fernando Barrios está com a palavra.

SR. LUIZ FERNANDO BARRIOS: Quero cumprimentar o Ver. Ruas, os demais vereadores, e vou ser rápido na fala, porque o tempo é curto. Foi falada aqui a questão de que a Prefeitura está fazendo diagnósticos e estudos. Diagnósticos e estudos são importantes, eu sou um técnico e sei disso. Só que é o seguinte: tem que ouvir os estudos e tem que ouvir os diagnósticos. A Prefeitura, a gestão

do prefeito, os secretários, não ouviram, e isso tem que ficar muito claro. Eu vejo aqui os técnicos e vejo que eles estão numa linha – posso estar errado –, na linha de frente, alguns na linha de frente, mas nos escalões mais em cima é que nós temos o problema da gestão da cidade. Tu falaste assim: “Para nós era uma novidade”. Para mim, foi o ouro tu dizeres que para nós era uma novidade, porque realmente para vocês era uma novidade. O grande erro foi ter extinto o DEP na gestão Marchezan, e o governo Melo manteve essa extinção. (Palmas.) Então, se isso não tivesse acontecido, boa parte do que aconteceu agora não teria existido. Eu entendo os técnicos, e custaram a achar um processo. Eu quero saber o seguinte: os projetos que os alemães fizeram onde estão? Estão nos arquivos do DEP? Tenho dificuldade de achar esses projetos. Se tu não tens os projetos originais, como é que tu vais fazer uma manutenção do sistema? Então, esse é o grande problema: a extinção do DEP. Agora, tem um projeto aqui na Câmara, e eu acho que todos os vereadores, independentemente de serem de situação ou de oposição, têm que aprová-lo para nós, urgentemente, termos um órgão. Não é à toa que Porto Alegre tem DEP. A grande bacia do Guaíba chega aqui no rio Guaíba; é uma quantidade enorme de água, e a cidade é vizinha, ela precisa ter um órgão especializado que se dedique a isso. O DMAE é água, tratamento de água, vocês sabem disso. O DEP trabalha com esgoto.

A outra questão que me chama a atenção é o seguinte: DMLU. Houve um tempo que a cidade tinha até banho de shampoo nas áreas centrais, era cheirosa. Hoje, a cidade, me desculpem, fede. A Cidade Baixa, por ser um bairro peculiar, precisa de uma atenção peculiar. O sistema de contêineres para receber o lixo orgânico recebe o lixo seco, reciclável, tudo junto. Falta educação ambiental. Isso era feito na cidade, hoje, não é feito mais. (Palmas.) Então, a Prefeitura tem que fazer isso.

Concluindo, quero dizer o seguinte: São Miguel, setembro é o mês das cheias de São Miguel. Eu não quero agourar, não quero que tenhamos cheia, mas, se não fizer alguma coisa imediatamente, em paralelo aos estudos, nós vamos ter novamente água passando pelo muro e água inundando. Lá no Praia de Belas, se perderam recursos que eram para investir ali. Isso é gestão. Não são talvez

você os responsáveis; é mais em cima, são os secretários, o prefeito ou o vice, que perdem recursos seguidamente nas gestões e não conseguem atender um bairro como o Praia de Belas. Era isso, obrigado. (Palmas.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Nando.

SR. LUIZ FERNANDO BARRIOS: Só o seguinte: queremos ver o que tu nos colocas agora. Se chover no final do mês, o que nós temos para não ter os alagamentos? Isso que importa, nossa ansiedade é essa.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Pode dar essa resposta agora? Por favor.

SR. MARCO GIL FACCIN: Vamos lá. Justamente são duas situações distintas: inundação decorrente da cheia do Guaíba e cheia dos rios formadores. O Guaíba recebe 30% de todas as regiões do Estado, que chega aqui no Guaíba – toda a precipitação e todos os rios. O que está se acompanhando, monitorando junto ao Estado, onde tem a parte de meteorologia do Estado, não tem previsão de chuvas acima de picos históricos. A previsão é abaixo de 150 milímetros para este mês de setembro. Então, assim, tirar a água que chover é como eu falei: as nossas casas de bombas estão em condições operacionais adequadas para tirar a água da chuva. A previsão que nós temos... claro, nós não temos uma meteorologia própria, até porque não faz sentido ter uma meteorologia nossa, tem que ser considerado o Estado todo, é que não tem uma previsão de um evento acima de 150mm no mês todo. A previsão que a gente tem é essa. Os portões que não estão em condição de serem fechados novamente: portão 14, que foi esse que ficou completamente destruído no evento. Por exemplo, o portão 3, que nós tivemos que retirar para conseguir fazer o esvaziamento da cidade por ali, ele tem condição de ser recolocado; o portão 4 tem condição de ser fechado; o portão 1, o portão 2... Então, as condições de fechamento, se precisar fechar, claro, vai continuar com a mesma fragilidade do dilúvio, entrando para dentro das redes, se houver uma elevação do Guaíba, mas a gente vai

estar, operacionalmente, com as casas de bombas em condições de tirar a água da chuva e os portões têm condições de serem fechados. A gente foi muito criticado pelo uso de *bags* para fechamento provisório, mas é uma solução possível também para esses eventos extremos.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, engenheiro.

SR. LUIZ FERNANDO BARRIOS: Nós consumimos serviço público, então, a defesa do consumidor que nos defenda quando o serviço público não é prestado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Por favor, obrigado. A Sra. Priscila Nunes de Quadros está com a palavra.

SRA. PRISCILA NUNES DE QUADROS: Boa tarde, eu sou a Priscila Nunes de Quadros, sou moradora do bairro Praia de Belas, e agora estou fazendo parte da Associação dos Moradores do Bairro Praia de Belas também. Eu queria falar que os moradores do Praia de Belas conseguiram uma reunião com DMAE e daí eles expuseram algumas pautas. O DMAE deu retorno sobre uma obra que vai ser feita para escoar a água daquela região, porque nós não temos uma EBAP específica para a nossa região, nós estamos num clarão ali, para escoar a água para a EBAP 15, só que é uma obra que vai exigir um grande investimento. Daí eu queria até saber como é que está o andamento dessa obra, se tem alguma previsão de quando vai ser feita, porque essa obra que fizeram ali perto, emergencial, não vai ser suficiente, porque foi muita água ali, no meu apartamento foi 2 metros de água, eu tive três enchentes, apartamento térreo, que é abaixo da via, foi horrível, e ali sempre alaga também, qualquer chuva sempre alaga. Teve um ciclone e entrou água da chuva lá também por toda a casa, eu tive que sair correndo de casa, estava tudo alagando.

Nessa reunião com o DMAE, também foi tratado sobre a questão da gravidade, só que a gravidade não funciona ali, porque o arroio Dilúvio enche e daí começa a entupir tudo, toda a tubulação fica entupida, dá para escutar as privadas

ficando entupidas. É um negócio absurdo assim. Então, não tem essa de gravidade, porque o nosso é abaixo da via, é uma região que é baixa ali.

Também sobre a questão da falta de luz, foi o que impactou muito ali, quando a CEEE desligou a luz das bombas quando estava subindo o Guaíba, daí foi horrível porque não avisaram ninguém, começou a água subir do nada e o prédio foi evacuado. Eu já tinha saído, porque, na minha casa, quando o Guaíba chega a 3 metros, na cota do antigo 3 metros, na cota de transbordamento, eu já tenho que sair, porque eu sei que vai entrar água na minha casa, porque eu já tive três enchentes. Então é isso, cobrar sobre a obra da EBAP 15...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. Anota aí, por favor, engenheiro, porque eu vou juntar. Eu quero fazer três observações rápidas. A primeira, eu quero saudar aqui o Nicolas, que representa a deputada federal Maria do Rosário, então, seja bem-vindo. A segunda observação é que eu estive na Estação de Tratamento de Esgoto da Zona Norte, e eu vi algo terrível no DMAE. Agora, eu tive que quase invadir lá, foi um escândalo, chamaram todo mundo lá para me pegar e eu invadi. Mas ele recolhe todo o esgoto cloacal in natura, sem tratamento algum, e jogam no rio. Não tem tratamento algum, nenhum! É zero! É isso que não queriam que eu visse. Aí já havia 40 guardas dizendo que eu não ia entrar e eu disse: bom, então batam num vereador de 68 anos, que vai para o 8º mandato, batam bastante, agora está todo mundo filmando aqui. Tinha um monte de gente ali. E eu vi isso, engenheiro, eu vi, é inacreditável! Enfim, era a segunda observação. E a terceira é que eu tenho que ser rigoroso no tempo, pessoal, não tenho mais saída.

A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Boa tarde, eu quero dizer que essa região, como vocês aqui bem disseram, ela não precisava ter sido alagada. Quando falam que não é para se buscar culpados, a enchente abateu praticamente todo o nosso Estado, mas só Porto Alegre tinha um sistema de proteção. Isso precisa ser dito, gente. Aqui não precisava ter acontecido a

enchente do tamanho que aconteceu, especialmente nesta é região da Cidade Baixa, do Menino Deus. Aqui nós temos moradores, comerciantes, mas a Cidade Baixa, gente, é o coração da nossa cidade, é de todos nós, é de todos usuários que vivem uma cidade que ali representa o pulsar de uma cidade alegre. É isso Porto Alegre, e não uma cidade que é um cocô, gente! É isso que o Ruas falou! Esgoto cloacal não existe em Porto Alegre. Joga-se o cocô dentro do Guaíba, direto. E aí eu devo concordar com vocês, estão vendo essa peça aqui, na minha mão? Isso aqui é o orçamento do Município de Porto Alegre que esta Câmara votou, e chegou aqui esse orçamento, e, pasmem, estou aqui com vereadores para concordar comigo, o destino de recursos para manutenção, para prevenção das enchentes, R\$ 4 mil! Pasmem! Isso é o negacionismo. Quando a gente fala, e alguns não entendem, mas o que é negacionismo? É isso, negou a ciência, negou todas as previsões que diziam que ia ter as enchentes, que já tinha acontecido. Quantos servidores tinha a Defesa Civil? Onze, tão somente 11 pessoas. Negaram! Negaram quando alagou o Pepsi. Por que botaram abrigo lá? Porque negaram que a enchente chegaria lá, e ela chegou e tiveram que montar o abrigo num dia e tirar no outro. Por isso a Cidade Baixa inundou daquele jeito e toda aquela região.

Eu termino só dizendo: DEP já! Nós precisamos da volta do DEP, e eu devo dizer, meu colega Ver. Pedro Ruas, a importância desta reunião aqui hoje, porque aqui nós estamos dizendo para todos, nós estamos dizendo, e eu quero saudar os servidores do DMAE, que, naquele momento da enchente, foram heróis, eles fizeram acontecer aquilo que eles tinham avisado e os gestores negaram, e eles tiveram que correr, os funcionários. Por último dizer que tem uma lavanderia coletiva, comunitária lá na Cidade Baixa, que nós abrimos e está à disposição de todos vocês. Viva a Cidade Baixa! Viva Porto Alegre!

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, vereadora. Lembrando que a vereadora tem que se retirar. Amanhã, quarta-feira, prestem atenção, o engenheiro talvez não saiba, nós vamos votar um projeto que obriga a fiscalização de todas as casas de bombas de Porto Alegre, a cada três meses.

Amanhã, quarta-feira, se vota aqui nesta Casa. Aí, Rosa Beltrame, como é que eu tenho certeza disso? É porque o projeto é meu, eu tenho certeza, e fiz votar amanhã.

O Sr. Gerson Luiz Cecchetto está com a palavra.

SR. GERSON LUIZ CECCHETTO: Meu nome é Gerson Cecchetto, vou dar um boa tarde geral a todos, autoridades e demais presentes, represento a Cidade Baixa. Casualmente eu moro no edifício Rio Jacuí, olhem a ironia! Eu moro lá há 30 anos, me mudei no dia 14 de maio de 1994, completei 30 anos de casado fora de casa. Então, com todo respeito às autoridades representando aqui a Prefeitura, esse problema da enchente foi agora, mas, com a chuva, nós convivemos, eu, pessoalmente, acredito que pessoas há mais tempo, há mais de 30 anos, vereadores. Então é o seguinte: é de conhecimento, o prefeito Melo esteve pessoalmente no meu prédio, molhou os pés naquele problema que tivemos anteriormente há anos atrás, em que nós ficamos com a região por 30 dias, com 30 centímetros de água, misturado – vou pegar o pegar o jargão do nosso nobre vereador aqui – com cocô e água. Porque agora mistura cocô e pluvial. O que é o quê? Nada, mistura tudo. Então nós somos reféns de uma chuva que, se Deus quiser, não vai mais acontecer, tomara que a tua previsão esteja correta, porque se chover um pouquinho mais do que é permitido lá por São Pedro, não sei, nós ficamos no meio d'água. Eu fiquei 90 dias fora de casa, não que a água ficou 90 dias, mas nós, todos os moradores aqui do Menino Deus, Praia de Belas... Eu moro em frente à Churrascaria Garcia, casualmente é o ponto mais baixo de toda a região. Concorda? A boca de lobo que está na frente do meu prédio é a mais baixa, é a primeira a encher – autoridades, presentes – e a última a esvaziar. Então, eu não tinha como voltar, e ainda sou síndico do prédio, todos os dias vinha até a Brigada, estacionava no estacionamento da Brigada, ia de bota até onde dava e tal. A nossa situação é: estamos refém de uma chuva, de uma inundação que aconteceu agora. Então, o que aconteceu, passou, vamos apontar culpados, como disse a nobre vereadora? Não. Todos temos falhas, somos humanos, mas o que vai ser feito

para os moradores da Cidade Baixa, da Praia de Belas, do Menino Deus, da Azenha, outras regiões certamente estarão bem representadas?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Tempo, Gerson.

SR. GERSON LUIZ CECCHETTO: Eu só quero agradecer por esta oportunidade, porque este é o lugar ideal para nós, moradores, cidadãos, munícipes e pagadores de impostos cobrarmos os nossos direitos. Nós precisamos de uma solução para o problema da água nessa região de Porto Alegre. Não é possível, 30 anos, várias gestões, e ninguém consegue resolver o problema. Eu fiz uma obra de R\$ 80 mil no condomínio, fizemos um piscinão de Porto Alegre, não é de Ramos, 5 x 10 x 1,5m de profundidade, porque a partir daí não dava para cavar, porque o lençol freático traz água. Foram R\$ 80 mil! O que a gente faz? A gente troca seis por meia dúzia, água entra e a gente joga para fora com três bombas; a água entra e a gente joga para fora. Essa é a nossa vida. Sou síndico, não consigo dormir quando começa a ficar preto, ameaçando uma chuva. Então, peço urgentemente providências para os órgãos competentes, e esta Casa acho que é o lugar ideal para dispormos do nosso problema. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Gerson. Eu tenho, imediatamente, a Michelle. Michelle, por favor, venha. Depois eu tenho o Ver. Gimenis, a Ver.^a Karen e depois eu tenho mais quatro. Eu sei que algumas pessoas fizeram aqui o registro... Tu estás inscrita, Rosa, imagina, se não estivesse eu te inscrevia sozinha. O que acontece? Eu sei que tem pessoas pedindo mais, mas não tem como, não tem como abrir mais. Por quê? Por causa do horário da comissão e o horário da televisão. Michelle, por favor.

SRA. MICHELLE LEÃO: Senhores, boa tarde. Eu sou moradora da Praia de Belas, naquela região bem atrás do Instituto de Previdência. Na frente, onde tem uma garagem que cozinham, a água alcançou, na rua, pela nossa medição, até

3 metros. Dentro da minha garagem, entraram 2 metros. A região da Praia de Belas tem níveis diferentes, então a gente vai ter partes em que a água alcançou 1 metro, 1,2 metro, até esse absurdo, bem na porta do IPE, de 3 metros na rua. Mas eu não gostaria de me repetir, porque eu acho que foram acrescentadas muitas coisas importantes aqui. Eu gostaria de poder acrescentar dizendo que todos esses bairros que foram inundados, alguns têm apresentado rachaduras em prédios, e alguns têm apresentado na rua, nas calçadas, alguns buracos, que quando eles começam a abrir, eles são profundos. No meu prédio mesmo, onde eu moro...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Essas rachaduras são pós-enchente?

SRA. MICHELLE LEÃO: Pós-enchente. Estou trazendo a questão pós-enchente. Estamos numa região de aterro, como Cidade Baixa, Praia de Belas, então, temos também uma questão: será feita uma avaliação técnica e uma análise dessas regiões? Porque precisamos saber se nós estamos num lugar seguro ou se nós já estamos num lugar que precisa de reparos ou de um lugar condenado. Essa é uma dúvida e um medo de muitos moradores. E gostaria também de trazer, temos aí toda uma fala sobre o sistema de proteção da cidade extremamente importante, mas temos problemas locais, ou seja, cada rua, cada bairro tem uma demanda, porque a altura, inclusive, chegou em cada bairro num ponto. Por exemplo, como está a situação, em cada rua, das bocas de lobo, dos bueiros, para além das casas de bombas. Toda lama que desceu, isso entupiu ou não? Se chover, chover no verão 200 milímetros em um dia, digamos que a gente tem um azarão assim, tem condições de escoamento ou não? Então, nós estamos numa situação agora de não saber se estamos seguros dentro de casa ou não. Vai desabar? Vai inundar de novo? Então a gente precisa de um retorno urgente. (Palmas.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Michelle. O Ver. Gimenis está com a palavra.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): Boa tarde, eu gostaria de saudar o meu colega Pedro Ruas pela iniciativa de chamar essa audiência pública, os outros vereadores aqui, e saudar os representantes dos bairros aqui presentes. Queria começar dizendo que eu não sou vereador desta comissão, mas fiz questão de participar desta audiência, porque eu sou morador da região. Atualmente, eu moro na fronteira do Centro Histórico com a Cidade Baixa, ali na Rua Cel. Genuíno, mas até 2019, morei muitos anos na Rua Leão XIII, na Cidade Baixa, e ainda continuo frequentando a Cidade Baixa, que é minha região, no comércio, nos bares, nos restaurantes, nas feiras, então é a minha região, e também Praia de Belas, porque é perto da minha casa. Esse assunto me interessa muito, e aquilo que o Paulo Stekel falou, a gente viveu. Mesmo ali onde eu moro, eu tive que levar minha família para o litoral. Eu fiquei na cozinha solidária do sindicato, fazendo comida, mas tive que levar minha família para o litoral, porque ficamos sem luz e sem água durante mais de 20 dias. E naquele dia, que foi surreal, que mandaram toda a Cidade Baixa, Praia de Belas, sair de Porto Alegre, aquela sexta-feira que foi um horror, parecia um filme de terror, todo mundo saindo junto, eu peguei meu carro e levei 10 horas até a praia, para ir por Viamão, porque estava tudo lotado. Eu vivi esse drama que todo mundo viveu, então eu fiz questão de estar aqui.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Um minuto, vereador.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): Queria deixar registrado aqui que a nossa bancada, não é, Adeli, apresentou o projeto de recriação do DEP aqui nesta Casa. Entregamos para o Presidente Mauro Pinheiro o projeto de recriação do DEP, e já temos o apoio de outras bancadas de esquerda, do PSOL, do PCdoB, e queremos que todos vereadores assinem esse projeto.

Eu queria fazer só algumas ressalvas à fala do representante do DMLU e do Faccin, que eu já estive com ele em outros momentos, do DMAE. Primeiro, o representante do DMLU disse que a cidade foi limpa em três meses. Olha, eu fui

domingo na Vila União, no Sarandi, e na Rua 21 de Abril, que é uma rua principal lá, e está cheio de lixo jogado no meio da rua, ainda da enchente: sofás, camas, coisas que as pessoas tiraram de casa. Está lotado de lixo. Então, não é verdade que foi limpo em três meses, porque não foi limpo até agora, faz mais de três meses que a rua está lotada de lixo.

A Arevipa, que é a Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros, eu já fiz três pedidos de providencias pelo meu gabinete para limpar a área. Porque é uma associação de recicladores com mais de 70 famílias, e eles não tão conseguindo usar os *boxes*, porque desde a enchente não foi limpo ainda. O DMLU foi um dia lá, limpou parte e não limpou o resto, aí as pessoas estão tendo que reciclar na rua.

Sobre o DMAE, o Faccin falou da Comporta 14. Eu estive com ele no dia que foram dizer que não iam mais fechar para o pessoal do remo. Aquela comporta estava podre, estava apodrecida, dá para ver lá no chão. Os trilhos dela não funcionam, ou seja, teve falta de manutenção naquela comporta, pode ser que o material seja diferente do portão do Mercado, lá do centro, mas ela não tinha manutenção. E está visto, está podre, está enferrujada a comporta lá. Então, teve problemas.

A questão da falta de luz, que alguém citou aqui. Aquele projeto, que o próprio Melo, na eleição 2020... Tem um vídeo que ele fala que o DMAE perdeu R\$ 144 milhões para fazer a reforma, ele dizia que iam botar geradores próprios nas casas de bombas, por quê? Porque quando chove a CEEE desliga, como desligou no caso da Praia de Belas, que eles disseram, em Centro, Cidade Baixa, Menino Deus, que nós tivemos que sair correndo porque eles disseram que a CEEE desligou sem avisar, lembram? Que o prefeito ligou para a CEEE e não atenderam ele. Mas se tivesse gerador próprio, a CEEE desligaria e a casa de bombas continuaria funcionando. O Melo e sua gestão sabiam que precisavam botar gerador próprio e não botaram. Então, foi, sim, descaso, incompetência e falta de manutenção. (Palmas.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. Eu peço desculpas ao Gimenis, meu amigo, mas às vezes pego mais pesado com o vereadores, por quê? Porque o vereador tem o acesso de poder reclamar diretamente e a comunidade, não. É só por isso, e eu peço desculpas aqui ao meu amigo Gimenis. E direto passo para o André Telles.

SR. ANDRÉ TELLES: Primeiro, eu gostaria de saudar esse espaço, a mesa toda, Pedro Ruas, Karen. Eu sou candidato a vereador pela Unidade Popular pelo Socialismo, esse partido novo, de lutas. E a gente está aqui participando, por dois motivos: primeiro, porque eu sou morador do Menino Deus, também tive que ficar um mês fora de casa. Enquanto estava ajudando e fazendo todas as ações de solidariedade, porque a gente viu que durante as enchentes quem salvou o povo, foi o povo mesmo, os agentes públicos não estavam nem aí para a gente, principalmente o Melo, mas assim... Explicar, eu acho que estão meio confusas todas essas explicações que estão sendo colocadas aqui. Isso que aconteceu, tanto aqui no Centro, quanto nos outros bairros da periferia de Porto Alegre, que é muito bom que a gente lembre: Humaitá, Sarandi, Santa Rosa de Lima, Ponta Grossa, Belém Novo, todos esses bairros foram atingidos por um planejamento de destruição do Estado, de serviços públicos para aumentar o lucro. É aquela história do estado mínimo, corte de gastos públicos; daí quem vai se ferrando é o povo que precisa desses serviços públicos para se manter, para ter o seu pequeno negócio no centro. Então, a gente não pode se iludir nesse sentido; existe todo um planejamento neoliberal de destruição do serviço público, que acaba atingindo a gente. Agora, por exemplo, esse ar irrespirável que a gente está vendo na rua, também é fato do agronegócio, queimando toda a Amazônia, todo o Pantanal, o Cerrado, e a gente não consegue nem respirar. Então, essa água que chegou, toda lamacenta, toda suja na nossa casa, tem culpado, sim, mais ainda do que essa gestão criminosa do Melo, inclusive o DMAE está todo envolvido em escândalos de corrupção aí, não sei se esse diretor, mas o outro diretor, a gente sabe que tem, está envolvido nisso. Então, assim, mais do que isso, tem toda uma burguesia, todo um capital lucrando com

a miséria do povo, lucrando, afogando a gente na lama do Guaíba; agora, asfixiando a gente com esse ar poluído; então, assim, não vamos nos enganar, não tem como ficar reformando esse sistema, que nasceu só para agradar uma meia dúzia. O capitalismo, enquanto existir, vai ser miséria para nós; a gente vai ficar o tempo inteiro se reunindo aqui e nunca vamos achar a saída. A saída, gurizada, é se organizar. Para concluir, Ver. Pedro Ruas, a gente tem que se organizar e superar essa sociedade, construir uma sociedade onde o povo esteja de fato no poder, uma sociedade socialista. Muito obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado. Agora, a Ver.^a Karen Santos.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Primeiramente, agradecer, Ruas, pela convocação desta reunião. Também quero saudar o Coletivo Cidade Baixa de Lutas e associação Viva a CB, enquanto instrumentos para que a gente consiga seguir fazendo essa construção e essa fiscalização, porque não é uma luta de curto prazo, pessoal; eu sei que as nossas angústias e as nossas ansiedades pela tragédia recente, pela possibilidade de novas tragédias, que é algo inerente a esse capitalismo de desastres, tendências de cada vez mais ter tragédias mais potentes e mais recorrentes, mas para isso, eu corroboro com a fala do Telles, luta e organização. Então, saúdo vocês estarem fazendo esse papel. Encaminhem para nós; a gente tem as notas taquigráficas, nesse sentido, para que a gente consiga ter acesso ao PAC financiamento, ao projeto, e aos prazos para que a gente não perca, como a gente já viu em diversas outras comunidades, projetos que se iniciam e não terminam, como aconteceu na ETA Ponta do Arado, em que a empresa terceirizada abriu mão do contrato no meio da obra, e a água que vai abastecer toda a Zona Leste e a Zona Sul da cidade; então, tragédias como essa nós conhecemos.

Em relação ao projeto do DEP, da recriação, eu fui uma vereadora da oposição que não assinou ainda. Eu quero fazer um convite para esquerda, para aqueles que se importam, para nossa comunidade pensar, algo que não está previsto no projeto e algo que também não interfere diretamente no trabalho do Faccin, no

trabalho de outros engenheiros comprometidos, que é a autonomia do departamento. Autarquia, do nosso ponto de vista, aí corrobora com o que o Telles falou também, tem que ser decidido de uma forma mais democrática, pelos trabalhadores e por quem é assistido por esse direito. Não dá para virar cabide de emprego, como é, fica na mão dos governos que estão de plantão. O Alexandre Garcia, que é o ex-diretor do DMAE, está sendo denunciado por propina. Quem assumiu a pasta da educação é o cara que se comprometeu com a venda da Carris; então, autarquia, não dá para ficar na mão de governo de plantão, sendo de esquerda ou sendo de direita. A gente precisa de um processo amplo, democrático, em que gente tenha um compromisso, de quem trabalha e entende dos problemas, de quem é assistido possa de fato ser ouvido. Enquanto for essa lógica de indicação de cargo comissionado, não adianta recriar o DEP, não vai ter autonomia. A gente vai chegar no mesmo paradigma, que a gente chegou até o DMAE. Então, convido vocês a fazer essa discussão, até porque a gente está no meio de um pleito muito importante na nossa cidade – isso para mim é central. Muito obrigado, Ver.^a Karen. A Sra. Rosa Beltrame está com a palavra.

SRA. ROSA BELTRAME: Boa tarde a todos e todos, eu gostaria de saber de qual Porto Alegre que estamos falando, porque me parece que o poder público, com todo o respeito, vive em outra Porto Alegre. Eu sou moradora da Cidade Baixa, saí carregada no colo dos bombeiros no dia 05 de maio. Estão dizendo que Porto Alegre parece que está perfeita. Não gente, não está perfeita. A Cidade Baixa está minada de empreendimentos imobiliários. Uma das perguntas: tem um planejamento cloacal? (Palmas.) Segundo: e se vier um temporal, porque, segundo o secretário aqui, não vai ter chuva. Parabéns, é meio adivinho né! Eu queria saber, se vem um temporada hoje à noite, de madrugada, para onde nós vamos? Onde nos vão cuidar? E sinto muito responder, respeitar, desrespeitar, de repente, mas quem nos tirou não foi o poder público; fomos nós todos. E esta audiência está acontecendo porque a sociedade civil se organizou, graças ao Nandi, à Eneida, aos nossas companheiros aqui, nossas

companheiras. Se não fosse por isso, o poder público não está nem aí para nós. Por favor, não somos crianças. São justificativas injustificáveis. Por favor, respeitem a sociedade. Não somos crianças, esperamos respostas, e terão enfrentamento. Obrigada.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Rosa Beltrame. Agora o Rodrigo; na sequência, o Ver. Adeli Sell.

SR. RODRIGO SCHLEY: Bom, boa tarde a todas e todos, sou da associação Desabafa, do bairro Farrapos, também conselheiro do Orçamento Participativo, região Humaitá/Navegantes. Eu não sou da região da Cidade Baixa, mas deixo aqui meus parabéns à articulação no movimento cidade baixa em luta, bem como a minha solidariedade; deixo registrado nos anais aqui dessa comissão que o que aconteceu na cidade, em maio, não foi um acidente, não foi um acaso, foi o resultado de um projeto de gestão que já vem há muitos anos em Porto Alegre, uma gestão que vem sucateando os serviços públicos, reduzindo os servidores, fazendo superávit para poder privatizar o DMAE – a gente sabe que esse é o projeto do atual prefeito. Então, o que aconteceu foi simplesmente o resultado disso, aliado ao negacionismo climático, a todos os desastres. Eu queria fazer um questionamento aos servidores, há servidores aqui com mais de 20 anos de casa. Eu vivi isso na pele porque eu fui funcionário da CEEE por mais de 14 anos; foi privatizado, e fui colocado na rua. Vocês não serão poupados quando o DMAE for privatizado, caso ele seja, mas espero que isso não aconteça. Mas quando é que a gestão pública em Porto Alegre vai ser uma gestão que atue na prevenção e não apenas de forma paliativa, porque o que a gente vê é que só se atua nos problemas quando eles invadem as nossas casas, quando eles saem esgoto a dentro e não se atua de forma preventiva. Aquilo que foi falado pelos engenheiros, boa parte do que aconteceu não teria tido a dimensão se houvesse prevenção, se houvesse planejamento, se houvesse a manutenção básica do sistema de proteção, das comportas, das casas de bombas, mas também dos esgotos. A gente vê, só para concluir, semana passada choveu e

não foi muito, mas a cidade o bairro onde eu moro, Humaitá/Farrapos estava todo alagado, por quê? Porque até hoje não foi feita a limpeza dos bueiros, das bocas de lobo; então, queremos que a gestão pública atue de forma preventiva, com planejamento e não apenas paliativa. Muito obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Rodrigo Schley. O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado. Vamos entrar fundamentalmente nas questões do aqui e agora, porque me parece que as outras questões passadas foram bem trabalhadas aqui. É interessante que o governo municipal enviou dois funcionários de carreira – isso é uma forma também de blindagem. E eu os elogio aqui pelas ações que têm feito, como servidor público eu defendo o serviço público, serviço público de qualidade, e a garantia das pessoas, inclusive quando se aposentam, terem os rendimentos preservados e não cortados. A grande questão hoje do DMAE é o problema do assoreamento de absolutamente tudo. Na cidade baixa todas as canalizações estão cheias de areia; então, está voltando, qualquer aguinha vem para dentro das edificações. Eu fui ali fazer um levantamento em alguns lugares, pessoas que me chamaram, eu fiquei muito pasmo do nível de necessidade emergente, emergencial, de fazer essa limpeza, como a dos nossos arroios. Agora, felizmente, depois de muita batalha... E porque as pessoas não falam das enchentes da Zona Sul, porque o Lami foi destruído; o arroio Capivara, só agora está sendo limpo, mas o seguinte: qualquer chuva que dá, nós temos alagamentos incríveis na Zona Sul, especialmente na Hípica, chegando na divisa com Aberta dos Morros. Para vocês terem uma ideia; então, limpeza dos arroios, dragagem, limpeza de todas as canalizações. E também eu quero aqui apelar ao DMLU. É um problema gravíssimo – que eu sei que o senhor não vai resolver – o problema dos contêineres; ou nós temos dois contêineres espalhados por toda a cidade, educação ambiental em todos os níveis, não vai se resolver o problema. O fedor que tem na Cidade Baixa está no Centro também. A pior rua hoje do Centro

Histórico – pasmem! – é a Riachuelo, que é uma das mais longas; ela simplesmente está um horror. O caminhão, às vezes, passa, não recolhe o lixo, fica dois ou três dias, e aí tem um monte de entulho fora, e as pessoas põem a culpa nos catadores. Não. É simples, não tem lugar no contêiner. Então isso tem que ser anotado, já que o senhor cuida dessas áreas mais centrais aqui, sobre essa questão do recolhimento e da fiscalização. Eu sei que tem bons fiscais no DMLU, mas essa empresa não recolhe todos os dias, como está no calendário deles. Eu posso te afirmar isso porque eu não tenho nenhum interesse, eu moro no Centro, eu conheço as pessoas, eu não tenho por que inventar as coisas. Eu tenho mandado, inclusive, várias coisas para o departamento de limpeza e conservação, até, às vezes, muito bem atendido, por sinal. Agora, é o seguinte, não dá para continuar do jeito que está. Não quero aqui entrar nessa discussão...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Tempo, vereador.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Todo mundo sabe, eu já coloquei aqui – vou concluir com isso –, sobre a minha briga com o Maurício, que é o diretor do DMAE. Eu tenho um processo contra ele, porque ele mentiu na CPI, ele disse que tinha comprado os geradores, mas isso é mentira, não tinha comprado, acho que nem compraram até hoje – se alguém souber isso, pode até me explicar. Obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver. Adeli Sell. A Sra. Denise Moreira está com a palavra. Depois, eu vou passar para o DMAE e para o DMLU; então, vou fazer os encaminhamentos aqui.

SRA. DENISE WOLFFENBÜTTEL MOREIRA: Boa tarde; boa tarde à Mesa, boa tarde aos presentes. Meu nome é Denise Wolffenbüttel Moreira, estou aqui como conselheira em exercício do Orçamento Participativo da Região Sul e delegada na Região de Planejamento 6; faço parte de um movimento ambiental, enfim, tenho uma caminhada. Precisamos falar das pessoas. Muito se fala da chuva,

do DMAE, do DEP, do DMLU, etc. E as pessoas? Nós temos moradores da região que a Defesa Civil interditou as casas, e eles não têm para onde ir. E no FROP, diante do DEMHAB, foi respondido que o aluguel social só poderá ser recebido por aquela família quando outra deixar de receber. Então eu quero perguntar aqui para a Prefeitura qual é a gestão que está sendo feita, considerando as necessidades das pessoas. A SMAMUS está presente? Que bom.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Está presente o Alexandre.

SRA. DENISE WOLFFENBÜTTEL MOREIRA: É que, quando a pessoa se apresentou, eu não estava ainda aqui. Sobre os projetos que já foram aprovados no CMDUA e os que estão sendo apresentados e aprovados e os que serão os próximos também a serem aprovados, se eles estão sendo analisados considerando as pessoas; se eles estão sendo analisados – e os que ainda não foram apresentados, se serão – de acordo com o que os técnicos estão indicando. Porque o que nós temos é uma legislação de um Plano Diretor que está sendo revisado, muitas mudanças vão acontecer sem que a população tenha participado, como a própria legislação determina. A Prefeitura firmou convênio para que a cidade, então, recebesse um título maravilhoso, e a população precisa participar para que esse título seja, de fato, merecido.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Tempo, Denise.

SRA. DENISE WOLFFENBÜTTEL MOREIRA: Do jeito que está, não pode continuar. A cidade precisa ser gerida de outra forma, seguindo outros princípios, não basta falar sobre DMAE, DEP, DMLU, tem que falar, por exemplo, do asfalto que foi colocado na Av. Tramandaí, que alaga sempre – as ruas adjacências, as casas são inundadas. E, com asfalto, agora, sabe o que sobrou de meio-fio? Nem 10 centímetros, ou seja, a água que já entrava vai entrar em maior volume ainda nas casas, nos comércios. Então precisa mudar tudo. Muito obrigada.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Denise Moreira. Agora, não é simples. Teoricamente, seriam três minutos para cada um; mas, agora, acrescentando com a questão da Denise, com o Alexandre, eu vou começar pelo Alexandre, diretamente, mas com dois minutos. Assim, eu guardo três para o DMLU e três para o DMAE. Dois minutos, Alexandre.

SR. ALEXANDRE DAL PIZZOL ADOLPHO: Certo. Sobre essa questão, o que eu posso falar... Da parte do Plano Diretor, que está em análise, a gente teve algumas postergações em função da pandemia e, agora, da enchente. Eu não participo diretamente, eu sou servidor do quadro também, já faz nove anos. Eu trabalho em uma diretoria, e essa parte de Plano Diretor é na diretoria de Planejamento Urbano. Eu participei de algumas reuniões, e o que eu sei é que as reuniões públicas, as audiências vão acontecer; já tivemos algumas audiências, elas vão acontecer. Eu sei que o calendário foi alterado, justamente porque algumas pessoas...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ela falou muito no aluguel social.

SR. ALEXANDRE DAL PIZZOL ADOLPHO: Isso. Essa parte do aluguel social, na verdade, é o DEMHAB que faz a gestão, não a SMAMUS. Daí eu não tenho mais informações também. O que eu posso falar da SMAMUS é do Plano Diretor, que eu garanto que as audiências públicas vão acontecer, conforme tem na legislação. Essa parte também ficou definida, sobre a análise de projetos, que vão ter adaptações. Está em desenvolvimento também a criação de uma nova comissão, a gente tem algumas comissões específicas para analisar projetos na cidade. Tem a CAADHAP, que é de habitação prioritária, mas agora, extraordinariamente, foi criada uma nova comissão – eu não sei se ela já está em efetivo exercício – para fazer uma análise com algumas expectativas diferentes dos projetos, que é aquilo que eu havia explicado de os projetos serem mais resilientes. E eu acho que isso meio que vai com o teu apontamento, que

é justamente que a gente não pode ignorar, a gente continuar fazendo mais do mesmo. Então a ideia dessa comissão é que se analise a habitação prioritária, levando em conta o que a gente já tem de informação. Então o Município já tem um plano de ação climática, que já estava em desenvolvimento há anos. A gente já tem algumas ações que precisam ser levadas em conta. E a nossa ideia é incorporar, nessas análises, principalmente de habitação prioritária, que seriam os programas de Minha Casa, Minha Vida, faixas I, II, III, que essas diretrizes iniciais fossem levadas em conta na concepção do projeto. E aí, essa ideia seria, então, fornecer minimamente diretrizes para que, como tu falaste... A gente faz uma análise prioritária dos projetos de acordo com a legislação que nós temos – o Código de Edificações do Município, o Plano Diretor e outras normas de acessibilidade, normas brasileiras que nós possuímos hoje. Mas a ideia, então, é incorporar essas análises para que os projetos sejam mais resilientes. Não sei se eu respondi tudo.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Alexandre. O DMLU tem três minutos.

SR. JORGE LUÍS RODRIGUES DE OLIVEIRA: Obrigado. A questão ali da Vila Santa Terezinha, nós limpamos lá diariamente, eu tenho um caminhão coletor que eu coloco lá diariamente. No sábado, eu até acompanhei, porque eu estava de plantão no sábado – porque eu trabalho sábado e domingo também.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JORGE LUÍS RODRIGUES DE OLIVEIRA: O senhor falou Vila dos Papeleiros, é que eu chamo de Vila Santa Terezinha. Eu não gosto muito desse nome de papeleiros.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JORGE LUÍS RODRIGUES DE OLIVEIRA: A Rua Paraíba nós limpamos diariamente também, eu tenho até fotos.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): O pedido foi da associação, que está suja a associação, a Arevipa, desde as enchentes; faz meses que eles não conseguem trabalhar porque os *box* estão lotados de lixo da inundação. Foi um dia o caminhão do DMLU, tirou uma parte, mas não tirou o resto.

SR. JORGE LUÍS RODRIGUES DE OLIVEIRA: Nós fomos com quatro caminhões lá.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): Mas está lá. Eu já fiz mais de dois pedidos... (Inaudível.)

SR. JORGE LUÍS RODRIGUES DE OLIVEIRA: Não, eu posso ir lá; se o senhor quiser pode me acompanhar.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): Eu faço questão.

SR. JORGE LUÍS RODRIGUES DE OLIVEIRA: Eu sou funcionário há 44 anos, o meu partido...

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JORGE LUÍS RODRIGUES DE OLIVEIRA: O meu partido é o DMLU. Eu trabalhei no temporal de 1992, acho que o Ver. Adeli lembra, que devastou o Bom Fim e o Centro Histórico – não sei se nobre vereador lembra. Mas, voltando

à questão da Vila Santa Terezinha, no sábado, a gente entrou com a capina na Santa Terezinha. Nós temos um problema na Santa Terezinha: em alguns locais, os moradores não deixam nós coletarmos o lixo, e o senhor sabe o porquê. Eu não vou te dizer aqui, porque eu tenho que preservar a vida dos meus garis e do motorista; se eles não deixam, eles têm que sair. Eu já tive motorista e fiscal com arma na cabeça. Então o senhor entendeu o que eu quis dizer. A questão lá da Av. 21 de Abril.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): A Av. 21 de Abril é onde fica a AMVEP.

SR. JORGE LUÍS RODRIGUES DE OLIVEIRA: Acredito, assim, nós tivemos, aqui... Até o pessoal do Praia de Belas, alguns têm o meu contato. A gente teve repetitiva aquela questão de pessoal que chegou depois para limpar a casa, mas nós concluímos o serviço total em 26 dias aqui na área central. Depois, nós tivemos aquela continuidade, “cheguei de viagem”, “fui para a praia”, “fui para outro lugar”. Então, às vezes, eu limpava... Praia de Belas, 734, eu gravei esse número, porque eu entrava nele todos os dias, era um apartamento diferente que ia largando todos os dias. Se tem alguém do Praia de Belas aqui que sabe disso pode confirmar o que eu estou falando. Não sei se eu respondi todas. Eu queria responder para o Adeli, posso?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Em um minuto, mas um minuto mesmo.

SR. JORGE LUÍS RODRIGUES DE OLIVEIRA: Os contêineres a que ele se refere, da Riachuelo, lá embaixo, eles viraram mictórios. Então a gente lava todos os dias lá na Vasco com a Riachuelo; nós temos um caminhão pipa no Centro, que é para atender toda a cidade, não só o Centro, às vezes a gente não consegue atender todos, porque a gente sempre trabalha com o cobertor curto; a gente costuma dizer isso, como funcionário. A gente nunca tem o que a gente precisa, a gente tem que criar dentro daquilo que a gente tem. Nobre Ver. Adeli, mais alguma coisa?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É isso aí. Obrigado. Por favor, DMAE.

SR. MARCO GIL FACCIN: Eu fiz uma série de anotações aqui, eu vou tentar puxar todos os assuntos, mas são muitas as questões.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Seja breve.

SR. MARCO GIL FACCIN: Se não a gente vai passar das oito da noite aqui. Vamos lá. Então só uma consideração que é importante trazer; a parte de drenagem se trabalha com um tempo de retorno, se prevê que é certo que em determinado período, por uma análise estatística, vai ocorrer esse evento. Então, quando foi feito o projeto do sistema de proteção, se pegou a cheia de 41, que é 4m75cm, ali na Doca nº 4, e se calculou pelo histórico desde 1899 até 67, e se chegou a um tempo de retorno dessa cota de 370 anos. Então é até bem mais do que 100 anos. A cota de 5m37cm que deu ali no mesmo ponto, ele é de mais de mil anos o tempo de retorno. Isso demonstra como foi um evento muito acima de qualquer histórico. A margem de segurança, por exemplo, que definiu a altura do muro, a cota seis no muro, então foi o 4m75cm e mais um cálculo que foi feito de formação de ondas no Guaíba pela ação do vento. Esse 1m25cm seria a formação de ondas. Então a gente não sabe se, estruturalmente, o sistema foi dimensionado ali para seis, e na Zona Norte para sete, porque considerava a cheia do Gravataí, mas considerando uma cota sempre ali, sempre essa cota, ou se era um evento pontual de onda. Então a gente não tem esses dados.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): E como disse a Rosa Beltrame, e se chover mais de 150 milímetros?

SR. MARCO GIL FACCIN: Não; vamos lá, são duas questões; esse evento, essa cheia do Guaíba, se deu por que nas cabeceiras choveu quase mil milímetros. Então foi a chuva nas cabeceiras. Se chover, dentro de Porto Alegre,

em Porto Alegre, o dimensionamento do sistema de drenagem considera também outros tempos de recorrência.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Aí não é água do rio, é água do céu.

SR. MARCO GIL FACCIN: Isso, a água do céu, para dimensionamento, normalmente, de redes de drenagem, é um TR de 10 anos, para o sistema de caso de bombas acho que é 25 ou 50 anos. Então ele foi dimensionado considerando um potencial de chuva; então, os 150 milímetros, diluídos, o sistema comporta tranquilamente. Se der 150 milímetros em 24 horas, o sistema não vai ter condição de drenar. Então os alagamentos frequentes que existem em várias áreas da cidade são em função dessa chuva num tempo menor do que a capacidade do sistema. Por isso que eu falei, a gente tem necessidade de ampliar várias casas de bombas, a gente tem necessidade de ampliar redes de macrodrenagem, a gente tem necessidade de implantar reservatórios de amortecimento. Então essas intervenções têm que ser feitas para adequar o sistema de drenagem. Há uma estimativa, lá do PDDUA, de investimento de cerca de R\$ 4 bilhões para adequação do sistema de drenagem. Sempre lembrando, o DMAE tem receita para água e esgoto. A gente, hoje, o marco legal de saneamento diz que os quatro eixos têm que ter receitas individuais, tem que ter uma receita para água, uma receita para esgoto sanitário, uma receita para resíduos sólidos e uma receita para drenagem. A gente está utilizando a receita de água e de esgoto sanitário para fazer drenagem. A Ver.^a Biga Pereira até trouxe aqui: "...tem 4 mil para o sistema de proteção..." Na verdade tem várias dotações orçamentárias, nós realizamos, principalmente em manutenção, dragagem, reparos de rede... No ano passado, cerca de R\$ 80 milhões, praticamente, no sistema de drenagem, principalmente em manutenção. A gente começou a fazer obras de drenagem no ano passado, a gente deve ter investido talvez R\$ 10, 15 milhões em obras de drenagem, porque, justamente, a gente começou em 22 a fazer os projetos para em 23 começar a fazer as obras e terminar de fazer obras.



VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Mais um minuto.

SR. MARCO GIL FACCIN: Tentando correr agora aqui; essa parte do projeto então das interligações da área desprotegida do bairro Praia de Belas, nas casas de bombas, a gente tem uma previsão de concluir o projeto até o final de outubro, para depois executar a obra, provavelmente, dependendo do porte, a gente faz com contratos que nós já temos de obras, ou senão a gente vai ter que fazer uma licitação específica.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCO GIL FACCIN: Isso é para interligar aquela região da Praia de Belas que hoje está desprotegida, parte para a Casa de Bomba nº 15 e parte para a Casa de Bomba nº 16, a gente vai trabalhar jogando uma parte para cada lado.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCO GIL FACCIN: Isso, o perímetro de proteção da Casa de Bombas nºs 15 e 16 pega da Edvaldo, Ipiranga, até a região da Azenha. Então essa é a área que deveria ser protegida por essas duas casas de bombas...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Que até hoje não é protegida...

SR. MARCO GIL FACCIN: Isso; parte protegida e parte é desprotegida. Vamos lá, a questão da ETE Sarandi que o senhor comentou; então, nós temos a licitação de tratamento de esgoto do Sarandi, que trata aquela região justamente da Vila Elizabeth, e foi a última região que baixou o nível na cidade, por causa da cheia, e o Sarandi foi por questões de deficiência de nível das cotas dos diques; os diques eram para estar na cota sete e estavam na quatro e meio, cinco. Então essa estação a gente perdeu cerca de 300 equipamentos eletromecânicos pela inundação; também ficou com 3 metros de água ali. Então

a gente está trabalhando para contratar uma estação compacta, para poder instalar lá e já iniciar a operação, porque senão o tempo de recuperar aquela estação é muito mais longo. Então a gente está trabalhando para o Sarandi. Por exemplo, o bairro, essa região da Praia de Belas, Meninos Deus, vai para a estação de bombeamento que nós temos ali na Ipiranga mesmo, que é na Baronesa do Gravataí, dali bombeia para a Ponta da Cadeia, que é junto do Gasômetro, e dali bombeia lá para o Cristal que, por sua vez, manda para ETE Serraria, a ETE Serraria está funcionando normalmente. Enquanto a região estava inundada, as casas de bombas não tinham como operar também, mas, depois, à medida que desceu o nível de água, a gente recuperou as casas de bombas de esgoto cloacal e já começou a retornar o tratamento na ETE Serraria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. A não ser que o senhor queira concluir...

SR. MARCO GIL FACCIN: Só ia trazer uma questão que a moradora trouxe ali de rachaduras; o DMAE está fazendo um esforço com a parte de manutenção de redes, na nossa diretoria operacional, mas essa questão de rachaduras do prédio talvez seja interessante encaminhar para a Defesa Civil, pode partir aqui da Câmara de Vereadores, uma análise do ponto de vista desses impactos em edificações. Então talvez teria que envolver a Defesa Civil nessa pauta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Bom, lhe agradeço muito. Eu quero dizer o seguinte pessoal; nós, na verdade estamos 8 minutos atrasados, tem a questão da televisão, tem a questão do Regimento Interno aqui, passamos às 2h8min, mas é uma pauta muito difícil, um tema muito complexo, são milhares de pessoas envolvidas, enfim, mas eu quero agradecer a todas e todos que se mobilizaram para que nós pudéssemos fazer essa audiência. Eu quero dar um dado importante, até pedir, na verdade, licença, à Mauren Pacheco, porque eu consultei os vereadores da comissão, ainda não consultei o Ver. Gimenis, que não é da comissão, é de outra, mas consultei os vereadores Adeli Sell e Karen

Santos, e eu também obviamente, e nós temos a ideia de fazer como encaminhamento de toda a comissão esse manifesto. (Palmas.) Esse manifesto aqui passa a ser o encaminhamento oficial da comissão; é um manifesto que foi entregue.

SRA. MAUREN XIMENES PACHECO: Ver. Pedro Ruas, obviamente agradeço em nome de todo nosso coletivo Cidade Baixa de Lutas, e todos os outros moradores aqui do Praia de Belas, Azenha, Menino Deus, que estão aqui presentes. Eu estava realmente muito angustiada; o que nós iríamos encaminhar a partir dessa nossa conversa; é importante, eu acho que um marco histórico inclusive, mas nós precisamos de respostas concretas. Então acho que, sem dúvida nenhuma, contempla muito esse documento, que eu acho que tem uma síntese bem importante.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Nós já tínhamos vários encaminhamentos de consenso aqui. Ocorre que todos eles estão aqui, e tem outros aqui que nós não tínhamos ainda. Então ele é, do nosso ponto de vista, completo para esse fim ao qual se destina. Eu quero agradecer...

SRA. MAUREN XIMENES PACHECO: Presidente, desculpa, mas eu preciso aproveitar o momento; hoje em dia, as lutas são organizadas de várias maneiras, e uma delas é através das redes. Então eu vou pedir a todos os vereadores, inclusive aqui ao pessoal que representa os órgãos públicos e ao pessoal que está aqui presente, seguir o nosso Instagram que é Cidade Baixa de Lutas, está, pessoal, que é uma maneira de a gente se organizar aí de maneira célere nesses tempos. Obrigada.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Mauren. Então agradeço novamente a todas e todos; agradeço aos representantes do Município que estiveram aqui, agradeço as explicações, enfim. Há um momento em que nós temos divergências com determinada pessoa, sobre um tema, sobre outro,

enfim. O problema não é bem a divergência; o problema é mais a boa vontade de resolver. Então, pela vinda de vocês, recebam, da comissão, oficialmente, o meu agradecimento. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h9min.)

TEXTO SEM REVISÃO